



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Maria de Fátima Cardoso Ribeirinha

**TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE SEM-  
ABRIGO NA COMUNIDADE DE COIMBRA**

UMA VISÃO APLICADA À PERSPETIVA DE GÉNERO

Dissertação no âmbito do Mestrado em Antropologia Médica e Saúde Global  
orientada pelo Professor Doutor Jorge Filipe Sousa Varanda Preces Ferreira e  
apresentada ao Departamento de Ciências da Vida,  
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Outubro de 2021



1 2



9 0

FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

## **Trajetórias de mulheres em situação de sem-abrigo na comunidade de Coimbra: Uma visão aplicada à perspetiva de género**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Antropologia Médica e Saúde Global

### **Trajectories of homeless women in the Coimbra community: a view applied to the gender perspective**

**Autor**

**Maria de Fátima Cardoso Ribeirinha**

**Orientador**

**Jorge Filipe Sousa Varanda Preces Ferreira**

**Júri**

**Presidente**

**Professor Doutor Fernando José Pereira Florêncio**  
Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra

**Vogais**

**Professora Doutor Mónica Alexandra de Almeida Monteiro Saavedra**  
Professora Auxiliar Convidada da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

**Orientador**

**Professor Doutor Jorge Filipe Sousa Varanda Preces Ferreira**  
Professor Auxiliar da Universidade de Coimbra

**Coimbra, outubro, 2021**



For example, by what mechanisms, precisely, do social forces (such as poverty, sexism, and other forms of discrimination) become embodied as personal risk?

Farmer, 2001 :119.



## AGRADECIMENTOS

Começo por agradecer ao Professor Doutor Jorge Varanda pelos seus conselhos e pelo interesse que colocou nesta dissertação. Aprendi com ele a deixar o caminho mais cómodo e a optar pelo desafiante.

Quero dirigir-me à minha mãe e ao meu pai, os melhores do mundo. Sem vocês, nada disto teria sido possível. Dedico-vos este trabalho. A ti, Bárbara, relembro-te que és um dos meus pilares e a minha professora de português preferida. Este trabalho tem um pedacinho de ti.

As minhas amigas e parceiras de Antropologia. A Adriana, que foi a minha companhia do dia e da noite durante estes cinco anos. Coimbra, sem ti, não faria sentido. A Sandra, a minha melhor surpresa. Obrigada pela compreensão e a inspiração que me transmite diariamente. A Catarina, pelos elogios, pelas correções, por nunca me deixar cair e, principalmente, por ter feito parte do meu crescimento durante estes últimos dois anos. À Ana pela amizade verdadeira, por estar sempre disponível. Isto é só o nosso início.

Às meninas da Fernando Melo. A ti, Ritinha, pelos três anos na nossa casa, por estares sempre aqui. Coimbra deu-me a minha melhor amiga. À Sophie e à Filipa, pela amizade, pelos bons momentos. Guardarei, para sempre, no coração, esta etapa vivida com vocês as três.

À Filipa, à Diana e à Ana Jorge por se manterem sempre comigo e me terem ajudado a crescer e estar aqui, agora. À Teresa, pela leveza e aventura que traz à minha vida, por ser sempre a minha companhia.

Destaco um agradecimento especial às entrevistadas por darem vida a esta dissertação e terem partilhado as suas histórias. Agradeço, também, à organização do CASA, em particular, à Helena pela ajuda com as entrevistas e ao Bernardo pela amizade e a motivação que me deu durante o voluntariado. Sem os vossos apoios e incentivos, esta dissertação não se teria tornado uma realidade. Agradeço a cada um de vocês por isso.

## RESUMO

Esta investigação explora o tema da situação de sem-abrigo em Portugal, ao ter sido desenvolvido um estudo de caso na região de Coimbra. Procura compreender as ações políticas promovidas a nível nacional, nomeadamente o papel da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo e foca-se nos percursos das mulheres que experienciam esta situação. Através da realização de trabalho de campo foi possível concretizar uma aproximação a um grupo de mulheres em situação de sem-abrigo, utentes de uma instituição de solidariedade social, o CASA. Foram realizadas entrevistas a quatro mulheres utentes da instituição solidária, com questões direcionadas ao seu percurso de vida enquanto sem-abrigo e às suas histórias de vida. Esta investigação tem por objetivo contribuir para a falta de estudos acerca do fenómeno da situação de sem-abrigo na Antropologia, ao também acrescentar uma perspetiva de género e um trabalho etnográfico às investigações existentes. Percebeu-se que a pobreza, as discriminações de género e o contacto com o setor terciário são aspetos marcantes das suas trajetórias enquanto sem-abrigo. Em geral, estas mulheres consideraram que a ajuda dos serviços sociais e assistenciais foi crucial para a melhoria da sua condição, ao nível da providência de bens essenciais e cuidados de saúde. No entanto, poucas instituições na região de Coimbra têm em consideração as suas necessidades específicas enquanto utente e enquanto mulher, adotando estratégias de reintegração universais e com um carácter conservador. De modo geral, o enfraquecimento de redes de sociabilidade, a invisibilidade e o estigma, a prostituição, violência, a saúde e a rede de apoio institucional foram os tópicos com maior destaque neste estudo.

**Palavras-chave:** Situação de Sem-Abrigo, Género, Mulheres, Instituição de Solidariedade Social, Pobreza



## ABSTRACT

This research explores the issue of homelessness in Portugal, by developing a case study in the region of Coimbra. It seeks to understand the political actions promoted at the national level, namely the role of the National Strategy for the Integration of Homeless People, and focuses on the pathways of women who experience this situation. Through fieldwork it was possible to get closer to a group of homeless women, users of a social solidarity institution, CASA. Interviews were conducted with four women who are users of the institution, with questions directed to their life trajectory as homeless and their life stories. This research aims to contribute to the lack of studies on homelessness in anthropology, while also adding a gender perspective and ethnographic work to existing research. Poverty, gender discrimination, and contact with the tertiary sector were found to be salient aspects of their trajectories as homeless women. In general, these women considered that the help of social and welfare services was crucial to the improvement of their condition, in terms of the provision of essential goods and health care. However, few institutions in the Coimbra region take into consideration their specific needs as users and as women, adopting universal and conservative reintegration strategies. In general, the weakening of sociability networks, invisibility and stigma, prostitution, violence, health, and the institutional support network were the most highlighted topics in this study.

**Keywords** Homelessness, Gender, Women, Social solidary institution, Poverty

---

# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Nota metodológica .....	4
1.1.1. Entrada no campo e primeiro contacto com as informantes .....	7
1.2. Estrutura da dissertação.....	9
2. A SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO EM PORTUGAL: HISTÓRIA E TEORIA .....	11
2.1. Da mendicidade à atual situação de sem-abrigo .....	11
2.2. Enquadramento conceptual e político .....	21
3. NATUREZA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO FEMININA NUMA PERSPETIVA DE GÉNERO .....	28
3.1. Porque existem mulheres sem teto? .....	30
3.2. Rotas dentro da situação de sem-abrigo feminina.....	35
4. SERVIÇO INSTITUCIONAL E EXPERIÊNCIAS QUOTIDIANAS.....	41
4.1. O CASA como agente de apoio social .....	41
4.2. Atividades do CASA.....	44
4.3. Preparação das entrevistas.....	46
4.4. Percursos na situação de sem-abrigo.....	46
4.4.1. Enfraquecimento das redes de sociabilidade.....	50
4.4.2. Invisibilidade e estigma.....	52
4.4.3. A contribuição do apoio social.....	54
4.4.4. Prostituição como forma de subsistência .....	57
4.4.5. Formas de violência .....	58
4.4.6. O apoio das instituições solidárias e estratégias de superação .....	60
4.4.7. A importância do CASA na saúde das mulheres em situação de sem-abrigo.	61
4.4.8. Rotas na situação de sem-abrigo feminina.....	63
5. CONCLUSÃO .....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68
APÊNDICE A .....	73
Guião de entrevista à “comunidade” de mulheres em situação de sem-abrigo.....	73

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- O Centro Municipal de Integração Social, vista exterior ..... 43

## **SIGLAS**

CASA – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo

CMIS – Centro Municipal de Integração Social

CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social

ENIPSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo

ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

ETHOS – European Typology on Homelessness and Housing Exclusion

FEANTSA – European Federation of National Organizations Working with the Homeless

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

NPISA – Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

ONG – Organização não-governamental

RSI – Rendimento Social de Inserção

# 1. INTRODUÇÃO

Quando comecei a interessar-me pelo tema dos sem-abrigo, tinha como ponto de partida para este estudo explorar e aplicar as áreas da ajuda humanitária e dos direitos humanos. O meu interesse surgiu depois do desconhecimento sobre a vida das mulheres sem-abrigo. Pretendia saber como sobrevivem, onde vivem, que estratégias de superação adotam, se e por quem são ajudadas. A partir daí, esta investigação transformou-se e passou a incluir outra área de grande interesse e a que se tornou mais importante neste estudo: o género. A minha motivação tornou-se a de perceber quem são estas pessoas e de tentar contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre a situação de sem-abrigo feminina.

Esta dissertação traz novas informações e relatos para os estudos do fenómeno dos sem-abrigo. Em primeiro lugar, porque decide ir além do ramo político e dos direitos humanos e produz, no terreno de investigação, um contacto com os próprios sujeitos sem-abrigo, ouvindo-os e dando-lhes, aqui, voz. Ou seja, acrescenta a vantagem da realização de trabalho de campo para questionar os percursos deste grupo social, conhecer as mulheres em situação de sem-abrigo, olhar para o seu dia-a-dia e fazê-las também olhar para as suas próprias experiências. É essa a utilidade da etnografia: conhecer a realidade das pessoas e dos grupos que estuda. Para além disso, foca-se no tema do género, uma categoria pouco trabalhada e investigada junto destas populações.

As investigações até agora produzidas em Portugal no tema dos sem-abrigo oferecem apenas dados estatísticos, com tendência à produção de informações sem vivências, pouco completas e descentralizadas das perspetivas e opiniões da comunidade. Os dados quantitativos são importantes para enquadrar o perfil destas pessoas, mas estes são insuficientes porque avaliam apenas o momento em que estas estão sem casa e não descrevem o fluir das suas trajetórias, antes, durante e após a sua fase mais vulnerável.

O facto de serem dados pouco personalizados relaciona-se também com o facto da maioria da população encontrada nas ruas ser masculina, o que não significa necessariamente que existem menos mulheres em situação de sem-abrigo. Quando perdem as suas casas, as

mulheres tendencialmente conseguem ter um teto na casa de familiares. Apesar de não terem rendimentos, condições económicas e uma casa própria, estas mulheres não são consideradas pelos conceitos nacionais como sem-abrigo. Isso coloca-as numa posição desvantajosa, já que é difícil de acederem aos serviços e redes de apoio para esta população, dificultando a resolução dos seus problemas (Bretherton et al., 2016; Baptista, 2010). Por outro lado, o número reduzido (mas em crescimento) de mulheres a viver nas ruas, normalmente esconde-se do olhar público, isola-se e contacta pouco com estas instituições. Esta autoproteção, nos dois casos, fundamenta-se pelo facto de estarem e se sentirem mais vulneráveis e, por outro lado, sentirem vergonha e culpa pelos episódios de vida que sofrem. O estigma cria-lhes uma autorrepresentação de que estão numa situação quase abominável em relação aos seus papéis sociais, enquanto cidadã, enquanto mulher. É desconcertante ver mulheres em situações de rua, porque é uma comunidade oclusa.

As análises estatísticas são recolhidas pelos órgãos institucionais que interagem com o fenómeno em cada território. Os planos de intervenção, acompanhamento e mitigação do fenómeno em Portugal têm uma atuação muito localizada. O setor de serviços para os sem-abrigo e das ONG's regionais são geridos conjuntamente com esses planos, tentando transmitir o contexto da situação de sem-abrigo em cada município (ENIPSSA, 2020). O facto de grande parte das mulheres se isolar deste meio, torna a sua realidade desconhecida e não permite sensibilizar as respostas sociais às suas necessidades. Este é um aspeto com uma magnitude extrema, que deve ser investigado. Os estudos neste tema carecem, por este motivo, de um lado mais humanitário, que vá ao encontro desta realidade, que converse com estas mulheres, questione o ambiente em que elas se inserem e como o papel da assistência humanitária atua em cada meio. Fazer uma análise antropológica da situação de sem-abrigo traz um vislumbre acerca da vida destas pessoas e apresenta também uma perspetiva histórica, na qual é possível perceber todas as transformações vividas por esta população ao longo de várias décadas e, simultaneamente, compreender o impacto das políticas neoliberais e do estado nesta população.

O tema da situação de sem-abrigo está a tornar-se cada vez mais sólido e com abordagens multidisciplinares, mas ainda apresenta pouca investigação pelas ciências sociais. Os relatórios estatísticos produzidos pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), têm a falta de uma dimensão de género,

bem como perspectiva histórica e etnográfica. Ao nível das contribuições da Sociologia, o trabalho de João Aldeia (2017) é forte para contextualizar a ação biopolítica, médica e psiquiátrica de governo da vida na rua. Oferece uma reflexão filosófica sobre os elementos que formam o fenómeno, desde os próprios atores sem abrigo às instituições. No mesmo âmbito, existem alguns trabalhos que já se preocupam em analisar sociologicamente este fenómeno, adotando métodos centrados nas trajetórias de vida, como é exemplo a contribuição da Filipa Menezes (2008). Lopes (2017) já insere o tema do género e foca-se na invisibilidade das mulheres em situação de sem-abrigo em Portugal. Um trabalho recente, elaborado por Sónia Nobre (2021) desenvolveu-se com etnografia a mulheres em situação de sem-abrigo na cidade de Lisboa, direcionado aos estudos da ecologia. É uma cidade diferente, com maior densidade populacional, com setor de apoio ao sem-abrigo também mais diversificado. O facto de existirem menos pessoas em situação de sem-abrigo em Coimbra torna esse setor menos uniformizado e adequado às necessidades enquanto grupo. Para além disso, é interessante ter em perspectiva um leque vasto de trabalhos etnográficos para se conseguir abordar um maior número de pessoas e, com vários exemplos, perceber como funciona este fenómeno em Portugal.

Já na Antropologia, o livro de Susana Pereira Bastos (1997) descreve o marginal durante o Estado Novo, retrata o mendigo e a prostituta ao revelar aspetos de como a penalização da marginalidade acontecia no passado português. Posto isto, percebe-se que falta ser um assunto alicerçado com robustez na área da Antropologia, especialmente em relação ao género, tendência que esta dissertação tentará contrariar. Esta população diz respeito às “outras” realidades possíveis de serem investigadas. Existe mais para questionar, tentando perceber quais são os grupos mais marginalizados numa determinada sociedade, compreender porque as mulheres são um tema esquecido e contrariar esse aspeto ao contribuir para aumentar a sua voz. A Antropologia, novamente, tem estas ferramentas e o potencial para investigar esta população. A situação de sem-abrigo pode também ser enquadrada pela Antropologia Médica, por exemplo, aplicando o contributo de Paul Farmer (2001) em relação às forças estruturais que produzem impactos nas experiências diárias e quotidianas. A violência estrutural manifesta-se tomando corpo em disparidades sociais, influenciando na vida, na biologia e na saúde individual:

“[...] diz respeito à forma como a organização político-económica de uma sociedade se traduz na produção de desigualdades e opressões sociais crónicas, da pobreza à saúde, passando pelos direitos humanos e conduzindo, na maioria das vezes, a situações de sofrimento social (Fernandes, 2014: 180).

Também é possível pensar na comunidade em situação de sem-abrigo através do contributo de Singer e Clair (2003), visto que temos um ponto de partida para pensar nos problemas de saúde aplicando o contexto social e económico em que essas debilidades prevalecem, assuntos explorados no segundo capítulo. Pode-se perceber como as vulnerabilidades evoluem e se reproduzem noutros tipos de vulnerabilidades. Segundo Bourgois e Schonberg (2009:16) “Violence operates along a continuum that spans structural, symbolic, everyday, and intimate dimensions”. A investigação destes autores é aplicada em relação aos comportamentos aditivos na população sem-abrigo, ao revelar o sofrimento imposto diariamente a estes indivíduos e como este gera violência e “subjetividades destrutivas”. O objeto de estudo é diferente, sendo que este se foca no género, mas a teoria proposta por estes estudos tem, inevitavelmente, associações aos temas aqui propostos. É dado às mulheres que elas falharam, trata-se de um grupo com rótulos culturais fortíssimos. Para além disso, pertencendo as mulheres a um grupo historicamente marginalizado, o interesse também é perceber como duas situações de fragilidade se unem num só grupo: as mulheres em situação de sem-abrigo. O objetivo é perceber como a pobreza, a discriminação e o contacto com as instituições solidárias se manifestam na vida destas mulheres. É isto que esta investigação se propõe explorar.

## **1.1. Nota metodológica**

Desenvolveu-se este trabalho no contexto socio-espacial de Coimbra, numa instituição solidária. O intuito da dissertação é compreender as realidades e os atores locais e estabelecer as características de como a situação de sem-abrigo feminina aí se desempenha. A discussão das questões abordadas nesta dissertação ancora-se num estudo realizado nessa instituição, entre setembro de 2020 a setembro de 2021. Ao longo deste período, duas vezes por semana, observei e interagi diretamente com mulheres em situação de sem-abrigo, ao acompanhá-las durante o período de contacto com o CASA.



O propósito que regia este trabalho era ouvir e transmitir as vozes destas mulheres. Ao recolher as histórias de vida, elas podiam partilhar as suas perspetivas e as próprias experiências acerca do que, para si, é ser mulher em situação de sem-abrigo. A etnografia era o meio mais adequado para conseguir estabelecer contacto com elas e poder recolher as suas narrativas biográficas. A forma mais simples de conhecer estas mulheres, passou por integrar a equipa de voluntários de uma instituição solidária da região de Coimbra. Depois de pesquisar quais organizações apoiam esta população e de contactar algumas delas, aconselharam-me o Centro de Apoio ao Sem-Abrigo (CASA) por ter mulheres a frequentar os seus serviços.

Estabeleci o meu primeiro contacto com o CASA no dia 2 de setembro de 2020, dia em que me reuni com os dirigentes da instituição. Neste dia, pela primeira vez, vi e vivi o ambiente da instituição. Disseram-me que poderia pertencer à equipa e conversar com as suas utentes, mas desafiaram-me a fazer parte do grupo de voluntários, de forma a manter uma relação mais pessoal com as mulheres e, assim, ir semanalmente ao CASA. Já pretendia fazer trabalho de campo, portanto, os meus planos alinharam-se com os conselhos do dirigente. Em pesquisas que se desenvolvem com trabalho de campo é imprescindível que ocorra simpatia entre pesquisadores e informantes para que os dados recolhidos sejam genuínos. Decidi, então, fazer parte da equipa de voluntários e comprometi-me a fazer voluntariado todas as quartas-feiras e domingos. As suas histórias, o ambiente envolvente, os meus pensamentos e toda a experiência geral de voluntariado ficaram registadas num diário de campo, que me acompanhou durante este ano.

A recolha etnográfica pretendia ser um acrescento aos estudos já existentes neste tema. A etnografia ensina-nos a ultrapassar as nossas próprias limitações e preconceitos sobre o “Outro”, ao descobrir como abordá-lo, ao ensinar-nos a superar situações inusitadas e ao descobrir novos conceitos. Segundo Burgess (1997), a observação participante decorre quando o investigador retira informações e, simultaneamente, produz notas de campo, faz transcrições de entrevistas e fotografias e participa nas próprias atividades das quais recolhe dados. A experiência de voluntariado permitiu conhecer, acompanhar homens e mulheres em situação de sem-abrigo, enquanto possibilitou também o desenvolvimento da investigação. As metodologias concluíram-se com a realização de entrevistas semiestruturadas aos próprios atores sem-abrigo. A entrevista semiestruturada, é um método

que “permite, simultaneamente, um controlo mínimo do processo de memorização e uma liberdade de expressão máxima, deixada ao narrador” (Poirier et al., 1999). Foi, assim, o tipo de entrevista escolhido porque não suprime as respostas do inquirido e cede-lhe, também, liberdade para se expressar para além do estipulado no guião, importante quando se pretende recolher histórias de vida (Fife, 2005; Poirier et al., 1999).

As entrevistas foram conduzidas através de um guião com várias questões pré-definidas. Depois das perguntas introdutórias (local de origem, tipo de situação de sem-abrigo e duração, idade, estado civil, a sua situação na instituição), questionei-as também sobre o seu percurso na situação de sem-abrigo. No fim da recolha de dados, fez-se a transcrição, codificação e análise dos mesmos.

O número de mulheres em situação de sem-abrigo na região de Coimbra é impreciso, sendo que se registam apenas dados das mulheres que frequentam as entidades de apoio ao sem-abrigo. No entanto, o CASA apoiou durante este ano sensivelmente quinze a vinte mulheres. O CASA não apoia apenas pessoas que se encontram sem abrigo, apesar destas serem o seu público-alvo. Desta forma, só com o voluntariado consegui identificar e distinguir casos e conhecer algumas histórias. Tornou-se evidente que existe um número inferior de mulheres a irem ao CASA face aos números dos homens. O Centro não produz estatísticas com os dados dos seus utentes e existem dados que não me foram fornecidos. São números aproximados, sendo que o fluxo de utentes nunca é fixo e varia ao longo dos meses. Muitas pessoas entram e saem num curto período de tempo. Por esse motivo, não se estabeleceu previamente um número definido de entrevistas a serem realizadas.

Realizaram-se entrevistas a quatro mulheres que frequentaram o CASA, as mesmas que com quem estabeleci mais intimidade e diálogo durante o ano de trabalho de campo. Criou-se contacto com outras mulheres que não estavam disponíveis para participar na investigação ou, noutros casos, deixaram de ir ao CASA e perdemos a ligação. Duas mulheres também não apareceram no dia em que a entrevista estava marcada. Sendo assim, por exclusão de partes e pela proximidade adquirida, fazem parte desta investigação a Lúcia, a Filipa, a Madalena e a Beatriz, nomes fictícios. Este estudo refere-se a um período espacial e temporal concretos e por isso é válida como exemplar. Noutras cidades de maior dimensão, com mais diversidade de pessoas nesta situação, eventualmente poderão existir outras questões para além das aqui apresentadas. Estas quatro histórias são representativas de um

universo relativamente pequeno de mulheres em situação de sem-abrigo utentes do CASA. Mas, mais do que criar representatividade, o objetivo deste trabalho é olhar e questionar a experiência individual de cada uma destas quatro mulheres.

### **1.1.1. Entrada no campo e primeiro contacto com as informantes**

O CASA situa-se no Centro Municipal de Integração Social (CMIS), <sup>1</sup>no Pátio da Inquisição, perto da baixa da cidade. Foi fundado em 2002 e é uma instituição de Solidariedade Social (IPSS). Distribui-se por dez delegações nacionais. A de Coimbra funciona desde 2009, integra cerca de 120 voluntários/as e divide-se por seis atividades: os jantares solidários, o reforço alimentar, os projetos CASA-Boutique e o CASA-Amiga, a Bolsa de amigos/as, recolhas de alimentos (CASA, 2021) e os giros de rua noturnos.

Esta investigação acompanhou as atividades feitas nos jantares solidários e no reforço alimentar, que acontecem todas as quartas-feiras e domingos do ano. A quarta-feira é dia de reforço alimentar: distribuem-se sandes, frutas, *snacks*, água e sobremesas doadas por pastelarias na cidade. Neste dia da semana, comparecem cerca de quarenta a cinquenta pessoas. Já no domingo, verifica-se uma quantidade muito superior, cerca de cem, visto que é o dia da refeição composta: uma sopa, o prato principal, algumas sandes e frutas. O objetivo na quarta-feira é garantir que as pessoas têm um reforço alimentar ao final do dia, mas no domingo doa-se uma refeição. À quarta-feira e ao domingo, depois de preparados os sacos, cada pessoa vem dentro do estabelecimento receber a comida. Uma mesa está na entrada para marcar a divisão entre o espaço exterior para receber a refeição e o interior do CMIS, onde os voluntários preparam os sacos. Durante os primeiros meses, participei nessas atividades e desenvolvi pesquisa bibliográfica. Participar nas atividades do CASA permitiu-

---

<sup>1</sup> Segundo o documento do NPISA de Coimbra, o “Centro Municipal para a Integração Social - surge na sequência da identificação da necessidade de criação de um novo modelo de Apoio Social a prestar na Baixa da Cidade, promovendo respostas integradas e multidisciplinares e conferindo maior dignidade ao munícipe, o que se consubstancia na gestão de um local onde as pessoas podem obter variados tipos de apoio e acompanhamento ao nível social, mas também com a função de complementar o trabalho das equipas de rua que, facultando apoio, não só para necessidades mais emergentes, mas também para acolhimento institucional e/ou médico, o faziam num contexto de evidente vulnerabilidade e mesmo de pouca dignidade para as pessoas que a elas recorriam, por decorrer em plena rua, sem teto, com pouca ou nenhuma salvaguarda da intimidade e sem as condições que um espaço coberto e reservado pode oferecer. Nesta sequência, foi criado o Centro Municipal de Integração Social, atualmente gerido pela Associação A CASA” (ENIPSSA, 2021).

me, como tinha planeado, estabelecer proximidade com algumas das mulheres. No entanto, iniciar o contacto com possíveis informantes nem sempre é fácil. Envolve preocupações, sentimentos, desconfianças e medos, meus e delas.

O período pandémico revelou-se, provavelmente, a maior adversidade que passei no período de pesquisa. As diretrizes sanitárias criaram obstáculos nesse sentido. Nos primeiros meses, consegui ir semanalmente ao Centro Municipal de Integração Social (CMIS), espaço onde se integra o CASA. A regularidade tendeu a baixar com a pouca disponibilidade para ir ao voluntariado. No entanto, sempre que pude, fui na quarta-feira à instituição. Em janeiro de 2021, a pandemia agravou. Durante esse mês e o mês de fevereiro decidi, por própria segurança, não me deslocar para Coimbra e não fazer voluntariado no CASA. O facto de ficar aproximadamente dois meses confinada, fez-me perder muito da experiência e contacto com estas pessoas, tanto os voluntários e técnicos do CASA, como as próprias mulheres e homens em situação de sem-abrigo. A proximidade com os atores ficou comprometida pela pandemia.

Para além disso, sempre que estava em atividades no CASA, por fazer parte da equipa de voluntários, estava dentro da sala do CMIS. Dessa forma, não consegui manter o devido contacto com eles. O objetivo é que o utente pegue no saco rapidamente e saia, de forma a evitar o contacto social. Neste sentido, esta investigação teve a perder face ao que seria se pudesse fazer, por exemplo, parte dos jantares, como acontecia anteriormente. Ainda assim, na maioria das vezes, fiquei responsável por entregar os sacos, o que me permitiu uma maior proximidade com cada pessoa, conhecê-la e abrir espaço para o diálogo. Quase sempre, tentei ir para o exterior e acompanhá-los na fila e foi nesses momentos que consegui interagir com todos. No entanto, era uma tarefa complicada conciliar a minha presença no exterior com as tarefas dentro da sala.

Em relação às adversidades sentidas, pode-se referir a dificuldade na marcação das entrevistas. A Filipa, a minha primeira entrevistada, foi a pessoa com quem mantive mais contacto durante o voluntariado. Ela vai ao CMIS quase todos os domingos ao final da noite – nesse momento, já cumpro todas as funções dentro do CASA e estou livre para ir para o exterior conversar. A Filipa não está sem abrigo de momento, mas gosta de ir ao CASA para conviver com os voluntários e os outros utentes. Apesar de, agora, ter casa, decidi entrevistá-

la precisamente por ter sido a pessoa com quem mais falei durante o ano que passou e por ela se ter mostrado, desde logo, disponível para participar no estudo.

É difícil manter contacto com mulheres que estejam de momento a viver na rua, sendo mais fácil conseguir que elas contem a sua experiência no passado. A organizadora do CMIS ajudou-me a marcar entrevistas com as outras três mulheres. Através dessa ligação em comum, foi mais fácil que a Lúcia, a Beatriz e a Madalena aceitassem. Apesar de tudo, mantêm uma relação mais frequente com ela. As quatro mulheres escolheram o local e o dia das entrevistas. As entrevistas foram conduzidas através de consentimento oral e garantiu-se o anonimato e a confidencialidade das suas histórias.

A Filipa optou por um café calmo e com a Madalena, a Lúcia e a Beatriz as entrevistas deram-se no espaço do CASA. Todas concordaram que as gravasse durante a conversa. Estando a gravar, conseguiu-se estar em interação com elas e, ao mesmo tempo, libertá-las para o diálogo. Todas as entrevistadas são portuguesas. A Filipa estudou até ao sétimo ano, a Beatriz estudou até ao nono ano, a Lúcia é analfabeta e a Madalena estudou até ao quarto ano.

## **1.2. Estrutura da dissertação**

Esta dissertação está estruturada em capítulos.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar um enquadramento histórico e teórico da situação de sem-abrigo em Portugal. Fenómenos descritos por termos como “mendicidade” e “vadiagem” substituíram-se, ao longo dos séculos, pelo termo “sem-abrigo” e, depois, “pessoa em situação de sem-abrigo”, acompanhando também a evolução da sociedade portuguesa e os seus conhecimentos sobre esta população. Foca-se no Estado Novo, pois constituiu-se um período de reforço de descrições preconceituosas e o crescimento de medidas políticas e institucionais repressivas face a esta população. Na passagem para a segunda parte do segundo capítulo, apresenta-se as mudanças nas abordagens sobre o fenómeno sem-abrigo, pelo crescente reconhecimento do que é a pobreza, do que resulta e no que se manifesta. Por fim, aborda a criação do conceito europeu ETHOS e o nacional de “pessoa em situação de sem-abrigo”, identificadores da população

e debate criticamente sobre como as estratégias europeias e portuguesa agiram, até aos dias de hoje, para a prevenção e acompanhamento desta população.

No terceiro capítulo introduz-se o tema do género. Apresenta-se a contribuição de uma perspetiva de género para os estudos da situação de sem-abrigo. Depois, analisa-se como se processa a ligação entre estes dois temas, trazendo assuntos como a vulnerabilidade, a discriminação com base no género, a invisibilidade na situação de sem-abrigo, a pobreza e o género. O capítulo acaba a apresentar os motivos que conduzem as mulheres à situação de sem-abrigo de forma particular e desenvolve o que a literatura assume serem os percursos mais evidentes e marcantes nestas mulheres.

O quarto capítulo reúne as ideias dos dois capítulos anteriores. Diz respeito à parte prática e metodológica desta investigação, desenvolve o ambiente do CASA e dá a conhecer os aspetos mais marcantes do percurso de vida das entrevistadas, desde os episódios antecedentes à situação de sem-abrigo aos quotidianamente vividos por elas. Compara estes dados com os descritos pela literatura e com os conceitos analisados previamente. Em suma, demonstra-se como se processa o seu contacto com a rede de instituições e organizações que frequentam e com as redes informais que mantêm contacto

## **2. A SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO EM PORTUGAL: HISTÓRIA E TEORIA**

Para compreender de forma abrangente as experiências da população sem-abrigo, pode-se refletir sobre várias dinâmicas relacionadas ao conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, os próprios trajetos desta população e a intervenção governamental e institucional sobre ela. Este capítulo propõe apresentar as características principais relacionadas ao enquadramento social português, o seu desenvolvimento e transformações até à década de 2009 – data de criação da Estratégia Nacional para o acompanhamento, intervenção e resolução das situações de sem-abrigo.

João Aldeia (Aldeia, 2014), sublinha que “falar do fenómeno dos sem-abrigo só faz sentido hoje”. Em Portugal, somente após 2009 passou a ser considerada a existência de pessoas em situação de sem-abrigo. Nas décadas antecedentes, ocorria um conjunto de fenómenos com características diferentes e específicas face ao que se regista na atualidade, em particular, pobreza e vagabundagem (Aldeia, 2014). Todas as narrativas, conceitos e intervenções que existiam no passado transformaram-se a par com a evolução da sociedade portuguesa. Ainda assim, algumas das particularidades destes fenómenos conservaram-se até aos dias de hoje.

Essas semelhanças observam-se na existência de descrições e conceitos acerca desta população, e nas formas de avaliar e resolver o fenómeno através da atuação política e institucional que, desde sempre, impactaram no dia-a-dia desta população.

### **2.1. Da mendicidade à atual situação de sem-abrigo**

Até ao século XX, dois termos descreviam e distinguiam a população sem-abrigo: a mendicidade e a vadiagem (Nobre, 2021). Quando foi consolidada essa divisão, no século XIII, a mendicidade era uma realidade socialmente tolerada e apresentava um lugar público, sendo que a aceitação de práticas como a mendicidade partia da sua associação ao mundo

divino. Ceder uma esmola consumava um sistema de prestações e contraprestações: o mendigo recebia a esmola e, como retorno, atribuía uma contraprestação imaterial e mediatizada por Deus, por exemplo, uma oração e a possibilidade de salvação divina. Para além do simbolismo, estas trocas mantinham uma hierarquia nas relações sociais ao perpetuar a estratificação social entre os abastados e a população mais pobre (Bastos, 1997). Até ao século XIX, essa aceitação manteve-se: a mendicidade podia ser praticada em certos locais e eventos simbólicos. Lisboa, por exemplo, marcava um cenário de práticas marginais, mas simultaneamente integradas na malha social, sobretudo a prostituição e a vadiagem (Pais, 1985).

Em contrapartida, o século XX transformou-se num período de reflexões que descredibilizaram o simbolismo do mendigo. Na viragem do século XIX para o XX, as situações de miséria passaram a ser reconhecidas como evidências de pobreza ou resultantes de desvios pessoais. Sendo assim, a sociedade não deveria ter qualquer encargo e responsabilidade pela mendicidade. Substituiu-se, gradualmente, o antigo modelo de beneficência por um formalizado na assistência à mendicidade praticada por necessidade e na reeducação dos falsos mendigos, aqueles que – acreditava-se – perturbavam a ordem social. Surgiu também um quadro de moralização da população portuguesa em torno dos valores laborais, princípios que influenciaram o julgamento e a repressão de formas de vida ligadas à mendicidade e ao ócio. A distinção entre a mendicidade “exercida por necessidade” e a “falsa mendicidade”, que já apareciam desde o final do século XIX no discurso legislativo, delimitava estes dois grupos entre os dignos e indignos e associava os falsos mendigos à vadiagem, que se tornou um crime punível (Bastos, 1997).

Foi no século XX que esta divisão se consolidou de forma rigorosa, com a intensificação de descrições preconceituosas e de controlo da mendicidade. A lei de 1912 passou a considerar o falso mendigo – o vadio –, como um criminoso, associado à agressividade, ociosidade e a uma mendicidade lucrativa e planeada (Bastos, 1997). Começaram a ser internados em instituições, casas correcionais e colónias agrícolas e, no caso das mulheres, na prisão do Aljube. Em contrapartida, a mendicidade praticada “por necessidade”, ligada à velhice, invalidez e incapacidade laboral continuava a manter um lugar público e a ser apoiada por diversas instituições, cozinhas económicas e albergues noturnos (Bastos, 1997; Pimenta, 1992).



Foi durante o período do Estado Novo que surgiu uma diferença mais marcada entre a sociedade convencional e a marginal e também entre os verdadeiros e falsos mendigos. A marginalidade – associada à presença de comportamentos disfuncionais e ao afastamento dos códigos sociais e morais dominantes (Aldeia, 2017) – manifestava-se na população mendiga, vista como “[...] uma ferida purulenta do corpo social”, “desviante”, “alcoólica”, “vadia”, “tuberculosa” e “imoral” (Bastos, 1997). A legislação abundante<sup>2</sup> e as medidas de carácter repressivo e de limpeza moral e assistencial aumentaram. Os dados dos perfis antropológicos dos homens e mulheres institucionalizados no Albergue da Mitra<sup>3</sup>, mostram que o mendigo era encarado como desviante face ao modelo do “bom português” e o louco constituía um dos perfis dos Mitreiros. A sua população alvo apresentava psicopatias e psicoses, hábitos alcoólicos, de vagabundagem, mendicidade e nomadismo. As causas do seu internamento eram apontadas como resultantes de situações de pobreza, abandonos precoces, famílias monoparentais, conflitos familiares e violações, explicações diferentes das incutidas pelo Salazarismo que associava a mendicidade a um espírito aventureiro que seduzia estes sujeitos às grandes cidades, repugnando esse hábito (Bastos, 1997).

O Estado Novo considerava a família como o meio de fortalecimento de virtudes morais e de construção do carácter do povo português. A família nuclear era também uma referência sociopolítica que era hierarquizada pela separação dos vários papéis familiares, sendo no contexto familiar que o homem e a mulher atingiam a plenitude da identidade masculina e feminina, a sua honra e moral (Bastos, 1997).

A recusa de um projeto familiar, a ausência de laços de vida considerados pela elite como “normais” e o seguimento de um trajeto diferente dos valorizados pela mesma, facilitavam a atribuição da categoria de marginal a todos aos que praticassem a mendicidade. Assim, o mendigo era

---

<sup>2</sup> De acordo com Bastos (1997:45): “A rutura legislativa instalou-se com o decreto-lei n.º 19687 de 4 de maio de 1931, regulando «a repressão da mendicidade nas ruas e lugares públicos» e, posteriormente, com o decreto-lei n.º 30389 de 20 de abril de 1940, que determinava «que em todas as cidades sedes de distrito» fossem criados, na dependência dos comandos distritais da Polícia de Segurança Pública, albergues destinados a prevenir e a reprimir a mendicidade em todo o país”. Também foi a partir dessa legislação que surgiu o imaginário do Estado Novo sobre as diferenças entre a população sem-abrigo.

<sup>3</sup> Era o albergue de mendicidade de Lisboa, uma instituição de combate à mendicidade que surgiu no período de institucionalização forçada dos mendigos e vadios, entre 1933 e 1951 (Bastos, 1997).

“[...] aos olhos das elites salazaristas, como um ser “isolado”, “estranho”, “individualista” e “despido moralmente de mais de metade de si mesmo” e/ou dos principais valores que a instituição familiar lhe deveria ter inculcado [...]” (Bastos, 1997).

Da mesma maneira, as mulheres portuguesas tinham um sistema de valores associado à sua honra. Contudo, esses valores divergiam entre os princípios do regime e a realidade popular. Apesar de o casamento ser um passo para a aquisição do papel social da mulher, nem sempre o seu lugar era condenado ao universo doméstico. Até à década de 1930, seguindo as normas, as mulheres respeitáveis não deveriam aparecer em público (Bastos, 1997). No entanto, a realidade nas ruas e nos centros urbanos contava com a presença de mulheres de várias classes e confluía, desde o passado, com práticas socialmente aceites no espaço público, como a prostituição (Pais, 1985). Por fim – e associado às últimas – nas camadas populares, o trabalho feminino estava longe de corresponder apenas ao trabalho doméstico e de cuidado com a família. Ainda assim, apesar destas divergências, muitas das normas da elite convergiam com os dizeres populares face ao papel da mulher: a submissão da esposa ao marido, o sacrifício pelos filhos e a família e a boa regulação da economia doméstica (Bastos, 1997).

Ao dar-se um afastamento do ideal da família, era perceptível que as mulheres em casos de mendicidade e prostituição se aproximavam da marginalidade. Não existem conhecimentos sobre as mulheres em situação de rua, especialmente, porque isso diz respeito a um acontecimento pouco frequente, indefinido e disfarçado em situações de prostituição. Porém, sabe-se que o controlo do desvio acontecia pela posição moralista e atribuição do estado patológico aos casos de prostituição, sobretudo clandestina (Pais, 1985). Por outro lado, essa gestão era também feita pelo seu encarceramento no albergue da Mitra.

A “mulher pública” era também julgada pela “instabilidade”, “intimidade com o espaço da rua”, ociosidade, impureza moral e contaminação”, um discurso mantido, pelo menos, até à década de 1940. Vista como um perigo social, ela era “[...] errante como um vagabundo, especialista da mentira e da metamorfose identitária como o mendigo profissional, [...] quase excedia o vadio em impureza e contaminação” (Bastos, 1997:239). As histórias de vida e relatos recolhidos junto das “mitreiras” referiam a iniciação e a reprodução de condições de vivência sexual incapazes de viabilizar a construção de laços

familiares. Quando existiam, as relações conjugais eram conflituosas e, na maioria das vezes, as mulheres relatavam a entrada no mundo da prostituição (Bastos, 1997).

As décadas de 1970 e 1980 foram inconsistentes quanto ao conhecimento e resolução das situações de rua em Portugal. Por um lado, desenvolveu-se o conhecimento das situações de pobreza e travaram-se as medidas repressivas. Contrariamente, manteve-se e, até, intensificou-se um controlo normativo. O contexto internacional serviu de exemplo para o panorama português, quando os mendigos-vadios foram forçosamente institucionalizados e quando as descrições preconceituosas associadas ao modelo normativo passaram a reunir várias formas de agir sobre esta população (Aldeia, 2017).

Nos anos 80, fora do contexto nacional, as situações de sem-abrigo eram associadas a doenças mentais, portanto, era um fenómeno fundamentalmente justificado por distúrbios psíquicos (Glasser e Bridgman, 1999). Loïc Wacquant (Wacquant, 2009) revela como o Estado Americano, nesse período, diminuiu a concessão de apoios sociais, ao aumentar o seu braço penal face à marginalidade despoletada por forças estruturais e económicas. Considerava-se que o aumento da afluência de pessoas a viver na rua nas grandes cidades era justificado pela desinstitucionalização de pessoas das instituições psiquiátricas.

Pode-se referir, assim, o facto de o fenómeno ser imaginado à luz da medicalização. Peter Conrad (1992) definia-a como um processo no qual determinadas questões que, à partida, não pertencem ao domínio médico, passam a ser tratadas em termos de doenças e desordens. Ou seja, quando a perspetiva médica trespassa fenómenos sociais, estes tornam-se medicalizados. A partir da década de 80, prevalece, em Portugal, a visão de que cada indivíduo opta ou conduz-se a modos de vida “errados”, ou, pelo menos, desajustados ao que é esperado dele socialmente. Desse modo, ele encaminha-se à vida na rua e, na maioria das vezes, é impotente e incapaz de sair dessa situação. João Aldeia (2017) classifica esta descrição por um termo: “individualização patológica”. A individualização patológica manifestou-se, durante estas duas décadas, ao normalizar e “medicalizar” esta população. Sendo os sem-abrigo incapazes de respeitarem as regras sociais, era necessário prestar-lhes tratamentos que os reintegrassem de novo na sociedade. Assim, o fenómeno continua a ser baseado na conceptualização de muitos desses sujeitos como “anormativos” e “anormais”. Os primeiros são julgados como preguiçosos, mentirosos, alcoólicos e toxicodependentes. Os segundos, dizem respeito aos portadores de doenças, problemas mentais ou deficiências.

O tratamento executado com esta população pretende a repressão e a terapia, já que existe um dispositivo médico e moral de governo da vida na rua que tem uma “[...] dimensão individualizante (disciplinar) e uma dimensão totalizante (reguladora)” (Aldeia, 2017:19). É composto por instituições, discursos, formas de ação e poder, procedimentos da área da psiquiatria e assistência social e também os próprios sujeitos em situação de sem-abrigo.

O dispositivo médico, baseado na individualização patológica, marca-se pelas políticas de exclusão, assimilação, criminalização e através da correção desses comportamentos anormativos. Ou seja, o objetivo é reajustar o sem-abrigo – que se afastou da normalidade e da sua função social – e adequá-lo ao seu papel enquanto cidadão e enquanto homem ou mulher. O objetivo é obedecer-se a imperativos de normalização e são criadas estratégias de subjetivação. Intervindo sobre a vida dos sujeitos, esses dispositivos caracterizam-se pela mobilização de um conjunto de formas de ação biopolíticas, que procuram estimular formas de viver concretas (Aldeia, 2017).

O dualismo iniciado nas décadas de 70 e 80 foi, assim, persistindo. Por um lado, estas pessoas são vistas como vítimas de problemas estruturais e, por outro, ainda são culpadas dessa situação por questões associadas ao modelo patológico. Segundo o contributo de Erving Goffman (1963), a existência de realidades que não correspondem ao ideal expectável num determinado meio social, como as deformidades físicas, desonestidade, distúrbios mentais, vícios, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, etnia e crenças religiosas, podem criar vários tipos de estigma e condicionar as interações sociais. Filipa Menezes (2008), afirma que esta população ainda é distinguida de forma mais subtil, mas semelhante ao passado, entre: as vítimas da exclusão e da pobreza e os culpados por situações de desvio. Segundo a autora,

[...] se a imagem acerca das causas do fenómeno residir em fatores como “consequência de más escolhas” ou “deficits individuais” tender-se-á a chegar a um determinado leque de sentimentos, se, pelo contrário, forem salientadas as falhas das instituições sociais ou da sociedade em geral, a reação será oposta, nomeadamente no sentido da não culpabilização, e logo, os sujeitos considerados merecedores de apoio (Menezes, 2008:80).

Simultaneamente, construía-se, em Portugal, a primeira fase de mudança na avaliação do fenómeno, na década de 70 do século XX. Após a mudança sociopolítica iniciada em Portugal em 1974, a sociedade portuguesa passou por um processo de modernização económica, social e política, segundo padrões europeus. Com a entrada na Comunidade Económica Europeia, em 1985, passou a reconhecer-se a necessidade de uma proteção social universal e o país ficou sensibilizado em relação às medidas de intervenção para a luta contra a pobreza (ENIPSSA, 2021; Bureau Internacional do Trabalho & Pobreza, 2003).

A melhoria em algumas áreas, designadamente, a introdução do salário mínimo nacional e o alargamento de benefícios estatais trouxeram um impacto positivo para a população portuguesa. Por outro lado, essa melhoria acompanhou um agravamento da situação de vida de muitos segmentos da população. Nos anos 80, todos os que estavam associados à precariedade e instabilidade laboral, ou seja, os idosos, famílias de monoparentalidade feminina, indivíduos desempregados e com baixa escolaridade surgiam como os “novos pobres” (Bureau Internacional do Trabalho & Pobreza, 2003). Nesse período, o apoio às situações mais desfavorecidas na sociedade portuguesa era assegurado através de redes informais de solidariedade: a família, vizinhança e a comunidade local (ENIPSSA, 2021). Mas, com a pobreza e a exclusão social a serem assuntos emergentes, em meados da década de 90, desenvolveram-se um conjunto de políticas sociais dirigidas especificamente a grupos mais vulneráveis, incluindo a população sem-abrigo, apesar dessas redes ainda persistirem (ENIPSSA, 2021).

Ao começar a ser considerada pela legislação portuguesa como uma consequência do desenvolvimento económico e cultural da sociedade, a mendicidade perdeu parte da sua definição em termos médicos. A posição patológica foi, em maioria, substituída por uma focada na pobreza e na incapacidade de reunir meios de sustento (Pimenta, 1992). Tornou-se, desta forma, um fenómeno progressivamente desmedicalizado, na definição de Peter Conrad (1992)<sup>4</sup>. Contudo, muitas das justificações para os casos de mendicidade ainda eram apoiados em motivos de ordem psicológica, como a instabilidade e os desvios de comportamento (Pimenta, 1992).

---

<sup>4</sup> Segundo Peter Conrad (1992), a desmedicalização ocorre quando algum problema deixa de ser referido em termos médicos e os tratamentos deixam de ser considerados como soluções para esses problemas.

Com os motivos de ordem pessoal e patológica a desaparecerem progressivamente do discurso político e a situação de sem-abrigo a passar a ser considerada como fruto da falha de desenvolvimento socioeconómico, o fenómeno passou a ser mais compreendido e reconhecido. A situação de sem-abrigo passou a ser reconhecida como potencializada pelos fatores estruturais, como a pobreza (Edgar e Meert, 2005). Conquistou-se um maior conhecimento sobre a pobreza, as mulheres pobres e a própria situação de sem-abrigo feminina.

Atualmente, diversos autores apontam uma conjugação de processos económicos, institucionais, relacionais e individuais como fatores antecedentes às situações de sem-abrigo. Edgar e Meert (2005), destacam, como fatores estruturais: uma variedade de processos económicos ligados ao desemprego e à precariedade laboral; o aumento da xenofobia e discriminação resultantes do aumento da imigração e a solidificação de um conceito rigoroso de cidadania. O último medeia o direito, ou não, de aquisição de proteção social.

A nível institucional, destacam a falta de serviços e a incompetência por parte dos serviços convencionais para satisfazer as necessidades da população e a falta de habitações acessíveis. Em termos relacionais, os autores apontam para um maior risco e vulnerabilidade em indivíduos solteiros(as), com parceiros(as) abusivos(as), com quebras em relações por motivos de morte, divórcio e separações. Os rendimentos disponíveis, etnia, estatuto de cidadão, incapacidade e doenças crónicas, educação, dependência de álcool e drogas, idade e o género, aparecem como fatores individuais potencializadores deste cenário (Edgar e Meert, 2005:12).

Relativamente aos fatores estruturais, um aspeto diretamente ligado à situação de sem-abrigo é a pobreza. Na Europa, onde as situações de privação têm vindo a aumentar, a escassez de recursos manifesta-se face a um padrão de vida dominante. Ao nível do discurso político, os conceitos de pobreza e exclusão social tendem a ser assemelhados, mas a exclusão social ganhou importância nos últimos anos. A pobreza refere-se ao conceito mais antigo e foi, durante muito tempo, associada à insuficiência de rendimentos e ao bem-estar material. Mas, tendo o conceito evoluído nas últimas décadas em função de um melhor conhecimento da sua manifestação nas sociedades contemporâneas, deixou de se centrar apenas nos recursos económicos e passou a considerar também os de natureza social,

cultural, política e ambiental. Embora distintos, os dois conceitos visam traduzir um conjunto de desvantagens sociais que alguns indivíduos detêm face a uma norma definida em termos da satisfação de determinadas necessidades básicas ou relativamente a um padrão social de bem-estar. A “nova pobreza” não se restringe à escassez de recursos materiais e passa a poder ser traduzida pela falta de participação ativa no padrão de vida dominante (Bureau Internacional do Trabalho & Pobreza, 2003; EIGE, 2016).

É neste contexto que surge a exclusão social e que esta ganha maior visibilidade face à pobreza. A exclusão social pressupõe desintegração social a diferentes níveis, reflete-se na fragilização de laços familiares e sociais e na falta de participação ativa na vida comunitária. Assim, implica desfiliação e o não reconhecimento do sujeito na sociedade. É, fundamentalmente, um problema relacional, ou seja, de laços entre pessoas, grupos, instituições e a sociedade:

“[...] a exclusão social representa o estado extremo de um processo de marginalização ao longo do qual se vão quebrando os laços entre o indivíduo e os sistemas sociais, dentre os quais são mais importantes os laços com o mercado de trabalho e os que ligam o indivíduo à família e aos amigos, adquirindo uma dimensão afetiva” (Bruto da Costa, 2015:9).

De forma sucinta, embora a pobreza e a exclusão social tenham convergido, estas têm enfoques distintos e nem sempre se apresentam conjuntamente. A exclusão social progride da pobreza embora não se resuma a esta, já que existem pobres que não são excluídos socialmente e existem pessoas excluídas socialmente que não são pobres do ponto de vista material (Bureau Internacional do Trabalho & Pobreza, 2003). É importante enfatizar estes dois temas, já que a situação de sem-abrigo resulta de e manifesta-se num problema de pobreza. Mas, mais do que uma situação de pobreza, ela marca uma experiência que cada vez mais é vista num contexto de exclusão social, principalmente se considerar-se o processo de marginalização e quebra de laços familiares e afetivos.

Cada vez mais, e à medida que os anos avançavam, os novos conhecimentos apoiavam também uma maior aprendizagem do que é experienciar esta situação. Mais do que ser decorrente da pobreza, o reconhecimento da situação de sem-abrigo como uma expressão de exclusão social significou que as soluções para esta situação poderiam ser mais

compreensivas e inclusivas. Para Edgar e Meert (2005) as políticas deveriam considerar os aspetos relacionados à habitação, mas também as circunstâncias sociais e o bem-estar desta população. Segundo os autores, poderiam fazê-lo ao providenciar meios para a reintegração e considerar a participação social, segurança e a emancipação pessoal. Em 2005, pensava-se que essas situações correspondiam a situações de rua e não existiam quaisquer políticas neste ramo, na Europa e em Portugal.

Depois de se reconhecer a pobreza e a exclusão social como marcos elementares, apareceram inúmeros estudos que faziam uma relação entre estes dois aspetos, o género e o sexo. Isto porque as transformações económicas e sociodemográficas que foram favoráveis para homens e mulheres e aumentaram a possibilidade de emancipação e autonomia feminina, simultaneamente, aumentaram a sua exposição a um risco superior de pobreza e a uma eventual situação de sem-abrigo. De acordo com alguns estudos, ser-se pobre na União Europeia depende de fatores como o género, idade, etnia, passado migratório e o tipo de situação familiar. Exemplificando, na União Europeia, em 2014, a maioria da população adulta em perigo de pobreza e exclusão social era feminina e Portugal apresentava um risco superior ao da média europeia (EIGE, 2016). As mulheres e os homens têm experiências de pobreza e exclusão social diferentes e, assim, o género é uma chave fundamental para decifrar questões relacionadas à pobreza e exclusão social e à própria situação de sem-abrigo.

Uma análise de género da pobreza deve examinar as relações económicas e sociais, as configurações da família, mercado de trabalho e estado-providência e como estes interagem com o próprio género. Na União Europeia e em Portugal, as mulheres estão expostas a uma ameaça maior de pobreza porque a maioria tem contratos flexíveis e precários, ocupa posições inferiores nos empregos, tem salários mais baixos, maiores taxas de inatividade e desemprego a longo prazo. A inferior participação feminina no mercado de trabalho deve-se, em parte, a desigualdades de género na esfera pública e privada e a normas sociais relativas a divisões desiguais das responsabilidades domésticas e cuidados familiares (EIGE, 2016; Pereirinha et al., 2008). Para além disso, são muito mais prováveis de trabalhar em regime de *part-time* do que os homens, principalmente porque carregam o grosso das atividades domésticas e dos encargos familiares.

Outros fatores, por exemplo ao nível familiar, verificam-se nas assimetrias de poder nas relações conjugais relativamente às repartições de rendimentos, já que os ganhos da



mulher são maioritariamente destinados a despesas do agregado familiar. Também é um trajeto frequente as mulheres serem vítimas de casos de violência doméstica, abusos de poder e discriminação de género (Pereirinha et al., 2008). Estas desigualdades, ao longo de toda a vida, eventualmente levam a um maior risco de pobreza e dependência económica. Muitos dos apoios sociais são cedidos com base na atividade económica. Se as mulheres apresentarem menos contribuição financeira, ficam em posição de desvantagem no ganho de benefícios e apoios sociais (EIGE, 2016).

A pobreza e todas as componentes estruturais referidas acima potenciam a eventualidade de casos sem abrigo. Independentemente do género, ou de qualquer outro fator, a situação de sem-abrigo é dos efeitos mais extremos da pobreza e da exclusão social. Se a pobreza afetar mais as mulheres, então elas tornam-se mais vulneráveis económica e socialmente e apresentam também mais probabilidade de ficarem sem casa ou teto e de viverem sob uma carência de recursos.

Apesar da substituição gradual entre o modelo patológico e o socioeconómico, mesmo que os dois ainda coexistam e essa transformação tenha permitido novos conhecimentos sobre o problema, desde a década de 70 até 2009, não existiram novidades na atuação política nesta área. Em 2009, surgiu a primeira referência de atuação política neste ramo, após o 25 de Abril de 1974.

## **2.2. Enquadramento conceptual e político**

Esta secção pretende descrever o que em Portugal e na Europa se considera ser a situação de sem-abrigo. Os conceitos têm de ser explicados, em especial, porque muito do que se revela como vulnerabilidade e falta de conhecimento quanto às mulheres que experienciam esta situação, advém da falta de conhecimento sobre esta situação. Esse desconhecimento provém também da falha de estatísticas e medições do fenómeno e de uma atuação política e institucional que se abstrai de uma grande fração da população que vive nesta situação, as mulheres.

Durante este período, não existia uma definição geral, nem um plano de atuação para as pessoas que se encontravam nesta situação. Existiam, apenas, algumas iniciativas de instituições não-governamentais e autarquias. Os poucos estudos que foram efetuados, até

2009, não tinham conceitos uniformes e os instrumentos de mensuração do fenómeno eram muito diversos, o que impedia um conhecimento real da situação (ENIPSSA, 2021).

A falha de conhecimento do problema em Portugal – a nível da caracterização da população sem-abrigo, das suas trajetórias de vida e das entidades prestadoras de serviços – resultava na perceção de que “o sem-abrigo” vivia exclusivamente na rua e que era um acontecimento predominantemente masculino. Foi surgindo, desta forma, a necessidade de ser criada uma Estratégia Nacional dirigida à prevenção, acompanhamento e intervenção junto desta população (ENIPSSA, 2021).

A nível europeu já existia um conceito que englobava a população sem-abrigo: a “European Typology on Homelessness and Housing Exclusion (ETHOS)”, criada em 2005 pela European Federation of National Organizations Working with the Homeless (FEANTSA), uma organização não-governamental focada exclusivamente na erradicação do fenómeno na Europa. A ETHOS tinha como intenção a criação de uma linguagem comum para referir e compreender a situação de sem-abrigo em toda a Europa, englobando quatro categorias distintas: “sem-teto”, respeitante a situações de vida na rua, sem qualquer tipo de abrigo; “sem casa”, como tendo alojamento em habitações temporárias e abrigos; “habitações inseguras”, quando existem instabilidades nos arrendamentos, despejos, casos de violência doméstica, partilha de casa com familiares e amigos e, por último, “habitações inadequadas”, nomeadamente, caravanas, acampamentos ilegais, casas sobrelotadas ou em qualquer local que não apresente condições para habitação digna e segura (FEANTSA, 2021).

Na maioria dos países europeus, esta situação tem sido definida de forma estrita. Ou seja, incide nas situações de rua e nos indivíduos que não possuem qualquer tipo de abrigo. Viver na rua é o acontecimento mais visível e, conseqüentemente, torna-se mais impactante na sociedade conquistando mais urgência no aparecimento de medidas políticas. O termo *homelessness* é um termo amplo, que pressupõe a falta de uma casa. Já os conceitos de *sans-abri* e sem-abrigo referem-se à falta de um teto (Löfstrand e Quilgars, 2016; Nobre, 2021). O que se passa a compreender depois do aparecimento da categoria ETHOS é que existem pessoas em situação de sem-abrigo que têm um teto, mas não têm uma casa fixa ou com condições dignas para habitação. Se os conceitos europeus adotassem uma perspectiva de exclusão social ao avaliar o fenómeno, isto é, se olharem para ele para além da falta de um

teto, poderiam encontrar um número muito superior de pessoas nesta situação, principalmente mulheres (Edgar e Meert, 2005).

A Estratégia Nacional de Integração das Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 (ENIPSA), foi um passo importante para contrapor falha do conhecimento acerca desta população e na abertura de novas perspetivas quanto a este fenómeno. Juntou-se, depois, a outras entidades solidárias que já existiam, para o acompanhamento e compreensão aprofundada sobre o fenómeno.

O objetivo geral da ENIPSA era criar condições

“[...] para que ninguém tenha de permanecer na rua por falta de alternativas, e, sobretudo, assegurar a existência de condições que garantam a promoção da autonomia [...], com vista ao exercício pleno da cidadania” (ENIPSSA, 2021).

Os seus eixos de atuação pretenderam dar a conhecer, informar e sensibilizar acerca da população e, principalmente, adotar uma primeira definição geral e caracterizadora destas pessoas. Com o intuito de estender essa definição a todas as entidades públicas e privadas nacionais que tivessem intervenção nesta área, a “pessoa sem-abrigo” foi primeiramente estipulada pela Estratégia Nacional (2021) como

“Aquele que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público (jardins, estações de metro/camionagem, paragens de autocarro, estacionamento, passeios, viadutos, pontes), alojada em abrigo de emergência (equipamento que acolha de imediato gratuitamente e por períodos de curta duração pessoas que não tenham acesso a outro local de pernoita) ou com paradeiro em local precário (carros abandonados, vãos de escada, entrada de prédios, fábricas e prédios e casas abandonadas); sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito [...]”

Posteriormente, a Estratégia renovou-se, a sua designação foi revista e transformou-se em Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA). Novas perspetivas e conhecimentos face a esta realidade social mudaram o

reconhecimento do problema, que passou a ser considerado como uma situação, não uma condição de vida. A compreensão do fenómeno como uma situação – temporária ou duradoura –, ao invés de uma circunstância de vida estática, alterou alguns dos aspetos de atuação da Estratégia. Um deles, talvez o mais importante, foi a alteração do termo “pessoa sem-abrigo” para “pessoa em situação de sem-abrigo”. Para além disso, passou a incluir os casos de origem racial e étnica. O “ser sem-abrigo” foi substituído por “estar sem um abrigo”, uma alteração correspondente a uma nova posição face ao reconhecimento da vida destas pessoas (ENIPSSA, 2021). O estabelecimento no campo público e político da sua realidade como transitória, proporcionou-lhes a possibilidade de apoios para amenizar a sua situação ou libertar-se dela. A substituição do vocabulário acompanhou a mudança que se tinha manifestado relativamente à dissimulação do modelo patológico pelo socioeconómico. Não se tratando de uma condição fixa e imutável, era possível alterá-la e, principalmente, mover recursos para preveni-la através do controlo da pobreza e de todos os fatores que potenciam o aparecimento destas situações.

A ENIPSSA trabalha com os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) para reunir ações locais e concelhias. Cada Núcleo deve ser constituído por um representante da câmara, entidades e organismos do setor público e todas as entidades que intervenham na área. Tem como objetivos diagnosticar o fenómeno, planear atividades e mobilizar recursos para a resolução do problema ao nível local. Das informações recolhidas pela maioria dos NPISA nacionais, em 2018, a ENIPSSA registou 2,400 pessoas sem teto e 3,600 pessoas sem casa. Aproximadamente 80% da população alcançada pelas estatísticas era do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos e de nacionalidade portuguesa, uma análise não muito diferente à apontada por Filipa Menezes quando não existia nenhum conceito fixo e uma estratégia devidamente orientada (ENIPSSA, 2021).

O NPISA de Coimbra já existia antes do nascimento na ENIPSSA. Constituiu-se em 2004 e integra 17 entidades: a Câmara municipal de Coimbra, a Casa Abrigo do Padre Américo, cozinhas económicas, um Gabinete de apoio ao toxicodependente, o Hospital Universitário de Coimbra, o Centro de Apoio ao Sem Abrigo (CASA) onde é desenvolvida esta investigação, entre outros. Como breve caracterização do NPISA, ele apresenta-se como um grupo

“[...] responsável pelo acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, bem como pela articulação entre as várias instituições que o constituem, de forma a otimizar os recursos disponíveis e a evitar a sobreposição e/ou sobrecarga de respostas. Procura de forma organizada e articulada facilitar intervenções multidisciplinares e multisectoriais que respondam às necessidades bio-psico-sociais dos indivíduos em acompanhamento (ENIPSSA, 2021)” .

O objetivo das atividades é discutir “casos que implicam encaminhamentos” e atribuir-lhes um gestor de caso, promover o “tratamento de patologias aditivas e/outras”, partilhar informação sobre rastreios médicos, voluntariado e eventos na cidade, recolher entidades ou pessoas que pretendam contribuir para elaborar estudos sobre as pessoas em situação de sem-abrigo (ENIPSSA, 2021). Assim, consiste num trabalho que vai da intervenção na rua, com giros de dia e de noite, ao acolhimento, à cedência de refeições, atendimento e apoio social, psicológico, jurídico, aquisição de roupas, bens alimentares e produtos de higiene pessoal.

É importante conhecer-se o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo e quem este abrange para compreender como este pode ser redutor para as mulheres que experienciam essa situação. Tal acontece por várias razões: para homens e mulheres, a Estratégia Nacional não tem explicadas as causas para a situação de sem-abrigo e muito menos as consequências resultantes dela, não revela estatísticas oficiais das mulheres nessa situação e não reúne investigações que incidam sobre a sua experiência. Em suma, a Estratégia e o conceito revelaram-se pouco sensíveis à questão feminina. Por isso, são contabilizados menos casos de mulheres nesta situação e, de forma diferente ao que faz a ETHOS ao incluir as duas categorias de exclusão habitacional, a Estratégia não considera estas duas categorias, que se tornam as mais importantes quando se avalia a situação de sem-abrigo feminina.

Um dos aspetos referidos por Edgar e Meert (2005) é que se a situação de sem-abrigo não for referida e descrita num único termo, é difícil enumerá-la e percebê-la. Tal como acontece em Portugal, o uso de uma definição limitada torna impossível desenvolver programas com boas práticas e políticas que percebam a variedade de grupos e trajetórias associadas a esta situação. É importante destacar que o relatório europeu de Edgar e Meert foi produzido em 2005, altura em que Portugal não tinha qualquer conceito definido, nem

políticas orientadas a esta população. No entanto, apesar da ENIPSSA ter sido uma evolução para Portugal neste campo, a maioria dos problemas enumerados neste relatório persistem na atualidade.

Um desses problemas recai no facto da maioria dos países não ter sistemas adequados à recolha de dados da situação de sem-abrigo e excluir a importância de estudos sobre as pessoas alojadas em locais precários e degradados. Para além disso, as estatísticas tendencialmente veem o fenómeno como uma experiência inerte. Em relação ao primeiro aspeto, as mulheres inserem-se maioritariamente nas categorias associadas à exclusão habitacional, ou seja, nos locais esquecidos pelos dados estatísticos (Edgar e Meert, 2005). Em relação à experiência não ser estática, muitas pessoas transitam frequentemente entre diferentes habitações ou abrigos. Assim, podem pernoitar por um certo período de tempo na rua e, logo de seguida, passar a ter um abrigo na casa de um familiar. Este exemplo é particularmente evidente nas mulheres, que vivem na maioria das vezes com os amigos e familiares, em refúgios e casas-abrigo, não se encontrando no olhar público e na rua. Deste modo, contagens que não sejam periódicas são insuficientes para captar a dinâmica geral da situação de sem-abrigo, tendo repercussões ao nível do seu conhecimento por parte dos outros e consistindo uma vulnerabilidade para as mulheres que se encontram nessa posição.

Apesar da ENIPSSA não incluir uma dimensão de género na sua atuação e de ter um conceito limitante de pessoas em situação de sem-abrigo, resultou numa maior visibilidade e reconhecimento do fenómeno na sociedade portuguesa. Pode-se assumir que, o ano de 2009, em Portugal, talvez tenha sido o início dos anos mais prósperos no sentido do reconhecimento das mulheres que vivem nesta situação. De modo geral, a aplicação da ETHOS a nível europeu e da ENIPSSA em Portugal foi eficaz em direcionar-se à sensibilização e acompanhamento do fenómeno. No entanto, o objetivo de criar condições para que ninguém permaneça na rua ainda não foi concretizado e pouco se conhece quanto às várias experiências femininas. Desconsiderando a maioria das situações em que as mulheres se inserem, é fácil perceber porque elas se apresentam em minoria. Se uma parte da população que se encontra nesta situação não é descrita e posteriormente investigada, a erradicação do problema parece um plano utópico.

A nível de programas e estratégias, para além da FEANTSA, da tipologia ETHOS, da ENIPSSA e do conceito português de pessoa em situação de sem-abrigo, também se pode

destacar o *Housing First*. Foi um programa internacional introduzido em 2007, que chegou a Portugal em 2013. O seu objetivo principal, como o próprio nome indica, foi tornar como ponto de partida o fornecimento de um alojamento fixo para todos os que estejam em risco de ficarem sem abrigo ou que já se encontrem nessa situação. Considera-se uma estratégia diferente das outras, já que essas pretendem que o sujeito se demonstre preparado para ter uma vida independente antes de lhes ser fornecida uma casa. Pelo contrário, o *Housing First*, em primeiro lugar, reúne recursos para o realojamento das pessoas e não requiere que primeiro elas se abstenham de comportamentos que as liguem a falhas de autonomia, como por exemplo o consumo de álcool e drogas. Foca-se, também, em melhorar a saúde, bem-estar e as redes de suporte social e em acompanhar indivíduos ou grupos com necessidades específicas, no caso, os jovens. Não considerando que todos precisam do mesmo nível de suporte, as necessidades individuais são encaradas pelo programa como aspetos que podem comprometer o bem-estar individual e a capacidade de integração na sociedade (Housing First, 2021). Quanto às mulheres, as suas *complex needs* aparecem apenas explícitas quando existem histórias ou experiências como tendo sido vítimas de abusos e de violência doméstica.

Note-se que a maioria das instituições e políticas portuguesas seguem as diretrizes da *Housing First* – incluindo o CASA –, o que pode tornar-se vantajoso para estas pessoas a vários níveis: o reconhecimento de que ter uma habitação é um direito humano, a liberdade de escolha e controlo pelos utentes em relação aos serviços que lhes são providenciados, a separação entre dar uma habitação e dar tratamentos para reabilitação (no caso de ser necessária), no acompanhamento destas pessoas sem uso da coerção e no apoio flexível e baseado nas necessidades específicas de cada um (Housing First, 2021). No entanto, à semelhança da ENIPSSA, as mulheres raramente são apresentadas como pertencentes a um grupo que requiere uma monitorização específica. Muito menos se percebe se as mulheres fazem parte do grupo considerado pelo programa como prioritário ao nível da providência de alojamentos.

### **3. NATUREZA DA SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO FEMININA NUMA PERSPETIVA DE GÉNERO**

Os homens dominaram a esfera pública e surgiram como hierarquicamente superiores a um nível simbólico. O desenvolvimento na sociedade portuguesa foi tornando os padrões convencionais que superiorizavam o homem menos vinculados nas normas sociais. No entanto, na sociedade portuguesa, a persistente posição inferior da mulher ainda surge maioritariamente por desigualdades de género, as quais as colocam mais vulneráveis a vários aspetos, como a pobreza e a exclusão social (Lopes, 2017). Contudo, existem fatores que aumentam e determinam a vulnerabilidade às discriminações de género, por exemplo a etnia, idade, orientação sexual, religião, classe socioeconómica, capacidade laboral, cultura, localização geográfica, estatuto de migrante e as doenças negligenciadas, por exemplo a SIDA. A coexistência entre pertença ao género feminino e a estes fatores identitários delimita diferentes graus de marginalização e exclusão dentro dos sistemas sociais.

Durante muito tempo, as diferenças existentes entre homens e mulheres eram justificadas inteiramente pela biologia. No entanto, estas representações do homem e da mulher não têm apenas raízes biológicas. Pelo contrário: constituem um ramo social e cultural ligado aos géneros. O termo “género” surgiu internacionalmente, pela primeira vez, em 1972, com o objetivo conceptual e político de problematizar as diferenças entre os sexos fora do ramo da biologia (Maciel, 2010). Vale de Almeida (1995) definiu o género como um conjunto de significados e expectativas associadas aos comportamentos dos elementos de cada sexo numa determinada cultura. O género trata-se, portanto, de uma avaliação cultural, relativista e conjuntural da feminilidade e masculinidade. A importância do género recai na possibilidade de, através dele, se poderem organizar as posições individuais na sociedade e as instituições pelas quais eles se inserem. As instituições que fazem parte da vida dos indivíduos reproduzem diferenças entre os homens e as mulheres ao criarem padrões normativos e ao expressar uma lógica institucional baseada no género. A identidade pessoal



dá forma às instituições segundo uma ideologia de género e estas expressam-se e reproduzem as desigualdades que compõem essa mesma ideologia (Amâncio, 2003; Maciel, 2010). Para além das instituições, todas as instâncias da organização social podem ser também analisadas. No caso, a família, a divisão do trabalho e o Estado são atravessados por uma lógica de masculinidade hegemónica.

“Anthropological theory and research have yet to determine the extent to which sex roles are molded by culture rather than biologically inherited or how the interaction between biology and culture shape gender in a given society [...]. Current anthropological research makes more of an attempt to incorporate cultural, feminist, and globalization theory when exploring the effects of poverty on women” (Frerer e Vu, 2007: 82).

Segundo O’Sullivan, a emergência de mulheres em situação de rua não remete apenas ao século XX. Muitas mulheres viviam nestas condições já no século XIX, tendo sido um fenómeno crescente até ao século seguinte. No entanto, mantiveram-se, até à atualidade, como um “mistério sociológico” (Pitternger, 2012 *in* O’Sullivan, 2016). Parte da explicação desse “mistério sociológico” recaiu no facto destes episódios serem pouco frequentes, o que resultou num desconhecimento geral de que as mulheres faziam parte deste fenómeno em maior escala do que se pensava. Mas esses episódios eram pouco frequentes porque, por um lado, as mulheres em vez de “sem-abrigo”, eram avaliadas como vagabundas, criminosas e, frequentemente, de prostitutas. Para além disso, durante muito tempo, as metodologias de investigação não acompanhavam nem os trajetos que antecederiam estas situações, nem os que sucediam delas durante um tempo prolongado. Outro fator e talvez o que tomou mais relevância, é a invisibilidade. As estratégias adotadas pelas mulheres para evitarem ou fugirem da rua eram mais diversas do que as dos homens. Em vez de usufruírem dos serviços de apoios disponíveis para esta população, elas abrigavam-se em conventos, refúgios e asilos. Novamente, as investigações centravam-se nas instituições tradicionais e serviços destinados a esta população. Ao encontrarem-se poucas mulheres em ligação com estas instalações, os dados que eram transmitidos era de que elas não existiam e as poucas mulheres que apareciam nesses estudos eram descritas em termos exóticos e associadas a uma sexualidade desviante. Por exemplo, as formas de sobrevivência das mulheres sem-

abrigo eram vistas como patológicas e sexualizadas, sendo o controlo destes desvios protagonizado por estas instituições (O’Sullivan, 2016).

Na atualidade, a literatura existente descreve o padrão da situação de sem-abrigo feminina como pouco frequente, associada ao fim de relacionamentos, de curta duração e com períodos menos extensos do que no caso dos homens (Doherty, 2001). No entanto, o número de mulheres nesta situação tem aumentado em todos os países europeus nas últimas décadas (Edgar e Doherty, 2001). Na maioria dos países, e também em Portugal, o facto de ser um assunto negligenciado deve-se, em parte, ao conhecimento desta experiência pelos moldes mais extremos, a situação de rua. Neste seguimento, a maioria dos “sem-abrigo” são homens e o fenómeno é entendido como masculino (Bruto da Costa; Baptista, 2001).

As poucas pesquisas que existem sobre as mulheres em situação de sem-abrigo primam por retratar a invisibilidade feminina nessa situação, fazendo com que se ignorem as experiências e necessidades destas mulheres. Nos dias de hoje, muito em seguimento do que acontecia no século XX, a invisibilidade surge pelo desvio e o estigma associado ao mesmo. Tal como foi referido no capítulo anterior, o estigma surge em relação a quem está desajustado dos papéis aceitáveis nas normas sociais dominantes (Goffman, 1963). Neste sentido, segundo Mayock e Bretherton (2016), uma mulher que não corresponda ao ideal de esposa, mãe e cuidadora representa uma forma de desvio, mesmo que seja vista como vítima e vulnerável.

Apesar da invisibilidade ser indissociável da situação de sem-abrigo feminina, o facto da maioria da literatura existente se centrar nesse aspeto, manifesta-se na escassez de aplicação de temas como o da vulnerabilidade, da pobreza e exclusão social e as histórias de vida destas mulheres são deixadas para último plano.

### **3.1. Porque existem mulheres sem teto?**

A situação de sem-abrigo tem uma relação direta com o género (Baptista, 2010; Doherty, 2001). A ligação entre eles varia desde os fatores que conduzem homens e mulheres a esta situação, as necessidades de cada indivíduo dentro da mesma, as diferentes respostas e tratamentos que as instituições fornecem consoante o género e às articulações com os Estados e com a saúde (Young, 2010). Muitas das causas para a situação de sem-abrigo

feminina são baseadas em explicações de género específicas e correspondem às relações patriarcais da sociedade europeia (Doherty, 2001). Apesar de existirem fatores comuns entre os sexos, muitos dos contornos desta situação refletem a persistência da posição subordinada da mulher na sociedade.

As simbologias relacionadas ao género feminino e masculino realçam estereótipos e papéis delineados e impostos a cada um deles que são assumidos e distinguidos na sociedade e na estrutura organizacional. Os estereótipos instituem conjuntos diferenciados de personalidades e comportamentos que se organizam em modos de ser homem ou ser mulher. Se este simbolismo existe, ou seja, se existem diferenças entre homens e mulheres na sociedade, talvez não seja correto que fenómenos vividos por ambos sejam avaliados sem uma dimensão de género adequada a cada um.

As mulheres e os homens vivem de forma diferente a pobreza e a exclusão social e os seus trajetos até aos últimos acontecem de formas diferentes de acordo com especificidades de género. No entanto, essa diferença não é apenas uma condição prévia às situações de pobreza, mas também se manifesta durante essas situações. Se as mulheres são associadas a um conjunto de papéis e estereótipos que, à partida, reduzem a sua autonomia e desenvolvimento, então as suas experiências e os seus percursos também serão diferentes dos vividos pelos homens:

"The street is the magnifying mirror of our society, where relations between men and women are exacerbated, and it appears that society leads women to experience transience differently because they are women" (Young, 2010:15).

Por esse motivo, é essencial perceber quais são as diferenças entre os homens e mulheres e os fatores que conduzem de forma diferente as mulheres a uma situação de sem-abrigo, quer se trate de casos mais extremos ou não. Para compreender as causas da situação de sem-abrigo nas mulheres, devem-se observar as mudanças da sua posição na sociedade durante o século XX e como essas mudanças aumentaram o risco para esta condição. A partir de 1960, surgiu um conjunto de mudanças na sociedade europeia: o aumento do número de mulheres como chefes de família, a feminização da pobreza, o aumento da sua participação em trabalhos a *part-time* e de baixos salários e a diminuição de habitações acessíveis

(Baptista, 2010). Não se pode esquecer o papel do movimento de emancipação feminista que surgiu após a segunda guerra mundial e desafiou estruturas patriarcais, ao trazer alterações fundamentais nas atitudes e comportamentos individuais e coletivos e ao tornar as relações entre homens e mulheres mais simétricas (Doherty, 2001). A família heterossexual com adultos e crianças deixou de ser o modelo dominante e a capacidade das mulheres de terem acesso às habitações deixou de estar dependente de relações matrimoniais (Doherty, 2001; Löfstrand e Quilgars, 2016). No entanto, mesmo com este progresso, por exemplo ao nível do mercado laboral, a divisão sexual do trabalho ainda favorece disparidades salariais e a fraca autonomia das mulheres (Lopes, 2017). As mulheres permaneceram as principais responsáveis pela família e continuam marginalizadas e com menos poder no mercado laboral e habitacional (Edgar, 2001; Löfstrand e Quilgars, 2016).

Ao perceber-se a diversidade de caminhos entre os vários grupos de mulheres, percebe-se também que essas identidades têm impactos diferentes na formação de políticas. Mas, mais do que isso, as dimensões destes casos também variam entre países, refletindo oscilações do impacto da feminização da pobreza e nas diferentes oportunidades e apoios sociais (Edgar e Doherty, 2001). Na sociedade portuguesa, ainda nos dias de hoje, é nas mulheres que recai a maioria das questões associadas à maternidade e a maior parte do seu tempo no cuidado doméstico (Lopes, 2017).

Assim, os motivos que explicam a situação de sem-abrigo feminina recaem, na sua maioria, em desigualdades de género (Frerer e Vu, 2007:83; Lopes, 2017). São assimetrias que dependem de fatores tradicionais e culturais e que geralmente se manifestam no mercado de trabalho e nos estereótipos sobre os papéis sociais de género (Young, 2010). Nas últimas décadas, o fenómeno cresceu principalmente para as mulheres solteiras e com antecedentes de violência. O papel da família e da mudança no estatuto feminino são variáveis inegavelmente importantes para explicar o aumento da situação de sem-abrigo (Doherty, 2001). Se os motivos que explicam a desfiliação e pobreza masculinas forem aplicados às mulheres, percebe-se que podem encontrar-se números tão altos de mulheres quanto de homens nas ruas.

“While the elimination of poverty relies primarily on macro-economic factors and market regulation, the reasons why women live in poverty are less related to economics and more associated with the vulnerabilities resulting from

gender discrimination. The economic position of women makes them more vulnerable to poverty due to the intersection of race, gender, and class. Most research on women in poverty fails to assess the root causes related to power and gender. Questions that concern anthropologists include how cultural ideologies relate to gender and determine national commitments to particular issues, as well as how gender discrimination throughout the life course is related to lack of involvement in decision-making processes” (Frerer e Vu, 2007:86)

Mais de metade das mulheres que se encontram em situação de sem-abrigo tiveram um passado marcado pela violência doméstica e a existência de abusos sexuais. As estatísticas de diversos países revelam que as mulheres têm uma forte probabilidade de serem vítimas de violência doméstica e perderem as suas casas por esse motivo (Mayock et al. 2016). Assim, para além dos problemas económicos e políticos das sociedades ocidentais, transversais a homens e mulheres, as últimas têm este fator acrescido. Apesar de não se verificarem tantos casos de mulheres em situação de sem-abrigo, é presumível que as mulheres tenham mais perigo de ficarem sem abrigo do que os homens precisamente porque têm mais fatores a contribuir para a sua vulnerabilidade.

“Homelessness is more than ‘houselessness’ or the lack of a physical structure. Apart from the absence of an adequate dwelling, homelessness is associated with poor emotional and physical well-being, a lack of social relationships, and absence of privacy and security, and diminished control over one’s life and future” (Mayock et al., 2016: 130).

Um lar e uma casa têm significados sociais, culturais e políticos associados ao controlo, segurança, às relações sociais e a um sentido de pertença (Mayock et al., 2016). A capacidade das mulheres de conseguir e manter um lar é comprometida quando sofrem de violência doméstica. A casa torna-se um lugar inseguro onde a mulher tem pouco controlo da sua vida e, aos olhos da sociedade e das instituições, pode perder parte da sua identidade. Em 2001, investigações feitas em Portugal evidenciavam que 17% da população sem abrigo era constituída por mulheres. A maior parte das mulheres era solteira, mas 30% ainda estava casada ou com companheiros. Estes dados sugeriam que a violência doméstica ou os conflitos conjugais não eram a maior causa para a situação de sem-abrigo (Doherty, 2001).

Não obstante, esse fator é bastante marcado nesta população. Outras pesquisas mostravam que quase metade das mulheres tinham deixado as suas casas para fugir a episódios de violência doméstica. Em Portugal, acima de vários países europeus, 50% de mulheres em situação de sem-abrigo experienciaram violência doméstica (Mayock et al., 2016).

Apesar de grande parte da bibliografia fazer uma correlação direta entre a violência doméstica e a situação de sem-abrigo, muitos autores defendem a junção de fatores estruturais aos de origem individual – como a violência doméstica – para justificar a perda de habitações por parte das mulheres (Mayock et al., 2016). No entanto, a violência doméstica tem de ser um fator descrito, já que, independentemente de ser ou não o fator principal, marca uma larga parcela de mulheres e surge como uma evidência também de problemas associados à desigualdade de género e aos abusos de poder.

Para além das questões estruturais que as desfavorecem económica e socialmente, a situação de sem-abrigo é também influenciada pelos moldes do Estado. As políticas estatais, por vezes, são moldadas pelos estereótipos de género e, por sua vez, as relações quotidianas conformam-se com essas políticas (Bretherton et al., 2016). As imagens culturais e definições das mulheres têm implicações nas políticas e serviços prestados a esta população, mediando o risco para situações de sem-abrigo e a capacidade de sair dessas condições (Löfstrand e Quilgars, 2016). Os entendimentos do que é um lar, as representações do que é estar sem abrigo e os sentidos atribuídos ao que é ser mulher na sociedade têm impactos nas políticas sociais e habitacionais. Esses impactos surgem mesmo antes destas situações e nas políticas direcionadas a esta população já durante estes episódios.

“Gender relations, embodied in sexual division of labor, compulsory heterosexuality, discourses and ideologies of citizenship, motherhood, masculinity and femininity [...] profoundly shape the character of welfare states. Likewise, the institutions of social provision – the set of social assistance and social insurance programs, universal citizenship entitlements, and public services to which we refer as ‘the welfare state’ – affect gender relations in a variety of ways” (Orloff, 1996: 51)

De acordo com Ann Orloff (1996), as políticas sociais tanto podem contribuir para a reprodução de hierarquias entre géneros como aliviar desigualdades sociais, o que significa

que os Estados têm potencial para serem opressivos e emancipadores (Bretherton et al., 2016). Como foi referido anteriormente, as divisões no trabalho e nos papéis familiares, os matrimónios tradicionais e a moralidade sexual são alguns dos aspetos que contribuem para a reprodução social de género. Os regimes estatais dos países de sul da Europa ou de regime mediterrâneo – onde se inserem Portugal, a Grécia, Itália e Espanha – baseiam-se na ideia de que os apoios sociais devem ser oferecidos primeiro pela família e não pelo Estado (Bretherton et al., 2016; Doherty, 2001). Portugal também se insere no conjunto de países visto como “women-hostile”, por oposição aos países nórdicos com políticas “women-friendly”, já que oferece poucos ou nenhuns benefícios às mulheres em situação de sem-abrigo (Edgar e Doherty, 2001).

Neste seguimento, o Estado atua apenas quando a família é incapaz de providenciar um suporte. É também nestes países que as mulheres são na sua maioria assumidas como cuidadoras dos familiares (Bretherton et al., 2016). Estes aspetos revelam-se problemáticos a dois níveis: o Estado desresponsabiliza-se, e como consequência dessa desresponsabilização, o encargo recai quase totalmente nas mulheres.

Daqui surge uma ligação entre a situação de sem-abrigo e o papel dos Estados, já que os regimes menos generosos têm também mais casos de exclusão habitacional (Bretherton et al., 2016). Geralmente mais pobres, com salários inferiores e mais responsabilidades familiares, as mulheres que não têm um suporte familiar seguro têm um risco elevado de ficarem sem casa. Ao contrário do pretendido, existem poucos apoios estatais para quando o suporte doméstico falha ou revelam-se insuficientes para esta população.

### **3.2. Rotas dentro da situação de sem-abrigo feminina**

Durante a situação de sem-abrigo, existem formas diferentes de as mulheres interagirem com os Estados. O governo cria uma conexão com estas pessoas através da existência de serviços e instituições solidárias, dado que a gestão e intervenção feita nestes estabelecimentos cria uma conduta entre as pessoas e o Estado. Sendo assim, a forma mais fácil de conseguirem ligar-se aos serviços estatais é frequentado instituições e organizações solidárias. As mulheres interagem pouco e muito menos do que os homens com estes serviços. Se não os frequentam, criam uma desconexão com o Estado. Por consequência,

podem ter falta de suporte básico e de meios de subsistência, bem como de um apoio personalizado pelos serviços que se responsabilizam pelo bem-estar e saúde desta população:

“If homeless women have limited or poor support from informal sources and are not using homelessness services, they may have nothing in place to mitigate or counteract the barriers to mainstream health and welfare services that any homeless person can face, such as local connection rules” (Bretherton et al., 2016: 82).

A análise comparativa feita por Bretherton et al. (2016) sugere que em todos os Estados Europeus existem certos padrões quanto às mulheres solteiras em situação de sem-abrigo. Entre eles, ressalta-se que as mulheres usam serviços para pessoas em situação de sem-abrigo menos do que os homens. Por isso, apoiam-se em redes de suporte informais com problemas e barreiras limitantes. Também usam com mais frequência do que os homens serviços e alojamentos informais que não são destinados a esta população. Tal como os homens, as mulheres tentam evitar situações onde se possam sentir inseguras, mas, mais do que eles, tentam conseguir essa segurança e conforto em casas familiares. Tornam-se mais dependentes destes serviços informais, de cuidados de saúde gerais ao resto da população e desadequados à especificidade deste grupo.

A maioria das mulheres apenas recorre aos serviços próprios quando já esgotou todas as outras opções. Para além destes dois aspetos, muitas passam vários anos nesta situação e o contacto com os serviços é mínimo; têm necessidades de suporte complexas (a taxa de doenças mentais é alta em alguns países e superior à dos homens) e muitas não se integram nos conceitos e definições nacionais como estando a presenciar uma situação de sem-abrigo.

A maioria destes aspetos, nomeadamente a pouca interação com os serviços e instituições e o afastamento do espaço público, são também os fatores que contribuem para o aumento da sua invisibilidade e para a diminuição da sua representação pública. Grande parte da literatura discute a perceção dominante de que a maioria desta população é masculina e exploram apenas as razões subjacentes à invisibilidade da mulher (Baptista, 2010). Ainda assim, é um tópico que deve ser descrito quando se trata de investigar as mulheres nesta condição (Bretherton et al., 2016). O facto de ser uma realidade pouco conhecida recai precisamente no facto de elas serem pouco vistas ou mesmo invisíveis no



espaço público e de não serem reconhecidas enquanto “sem-abrigo”, tal como no passado. As mulheres ocultam-se do espaço público, mas a sua invisibilidade também parte da forma como o Estado, as instituições e políticas reagem às suas experiências (Mayock e Bretherton, 2016).

As mulheres tendem a estar ausentes do espaço público porque são apoiadas pelas redes sociais informais, alojam-se em construções abandonadas e mantêm-se afastadas dos serviços e instituições de suporte destinados a esta população (Lopes, 2017; Nobre, 2021). Vários autores afirmam que as mulheres afastam-se do olhar público não só pela vulnerabilidade acrescida ao perigo, mas também por um sentimento de vergonha e culpa (Young, 2010). O estigma leva-as a evitar o contacto com os serviços de suporte para pessoas em situação de sem-abrigo e, conseqüentemente, a tornarem-se mais invisíveis. Por outro lado, ao interagirem menos com estes serviços, estes tornam-se predominantemente utilizados por homens e muitas mulheres acabam por não os frequentar para evitamento da dominação masculina, discriminação e episódios de violência (Bretherton et al., 2016). Para além disso, as respostas sociais e de acolhimento que existem e são frequentadas pelas mulheres tendem a ser formatadas por estereótipos que as associam à vulnerabilidade e aos papéis da mulher na sociedade. Vítimas de violência doméstica são direcionadas a casas abrigo, mulheres jovens com crianças a seu encargo são direcionadas a comunidades de inserção, e por aí em diante. Podem não ser categorizadas pelos conceitos e estratégias nacionais como “pessoa em situação de sem-abrigo” (Lopes, 2017).

Esta dinâmica funciona como um ciclo: se não têm ligações às instituições, não têm ligações às políticas e intervenções estatais e a sua realidade fica pouco investigada e com uma intervenção pouco adequada às suas necessidades. Pode-se dizer que não existem menos mulheres em situação de sem-abrigo, mas sim que elas são tornadas invisíveis ou forçadas a sê-lo como estratégia de proteção.

É crucial perceber como os Estados têm impactos na natureza e extensão da situação de sem-abrigo feminina. Neste caso, certas leis e práticas organizacionais limitam a oportunidade de diferentes grupos. Por exemplo, o Estado pode proteger algumas mulheres nesta situação – as mulheres casadas ou com filhos a seu encargo – e desvalorizar outras, no caso das mulheres solteiras. Na maioria das vezes, a proteção e assistência são maioritariamente oferecidas às famílias e mulheres com filhos (Nobre, 2021).

Uma mulher com crianças só é elegível às respostas sociais se reunir uma série de critérios. Os Estado-providência responde aos casos de mulheres em situação de sem-abrigo em termos da sua posição na estrutura familiar, como mães e cuidadoras (Bretherton et al., 2016). Por exemplo, uma mulher com historial de dependências não é encaminhada a nenhuma das respostas e muito provavelmente perde a guarda dos filhos. Quando perdem a guarda, as mulheres procuram suportes estatais e são consideradas como solteiras e independentes, não tendo os mesmos apoios que teriam ao se apresentarem com as crianças. Existe sempre uma vantagem para as mulheres quando se encontram associadas à família (Lopes, 2017).

As políticas de apoio social não reconhecem as diferenças entre géneros e permanecem centradas na provisão de necessidades básicas comuns a homens e mulheres. Os técnicos de instituições, a sociedade civil e o Estado podem reconhecer as diferenças entre os trajetos das mulheres e homens, mas não identificam diferenças nas necessidades de suporte. As únicas respostas sociais existentes geralmente são formatadas por estereótipos. Exemplo disso, é que existe uma generalização do apoio prestado às mulheres que negligencia a dimensão de género e não considera as suas necessidades específicas: a autonomia, privacidade e o afastamento da dominação masculina nesses espaços. Ao frequentar serviços com suportes generalizados, as mulheres revelam um sentimento de desconfiança por parte dos assistentes, estigma e um ambiente inseguro. Sentindo-se estigmatizadas, as mulheres tendem a evitar estes locais (O'Sullivan, 2016).

Os serviços sociais e assistenciais não estão vinculados a diferenças entre homens e mulheres, mas são baseados em estereótipos que veem a mulher como vítima, fracassada ou desviada, contribuindo para perpetuar o estigma que elas já carregam. Poucas iniciativas consideram as necessidades dos grupos mais marginalizados na sociedade. A maioria dos serviços segue uma corrente religiosa e baseia-se em estereótipos que fundamentam a mulher na sociedade como ligada à sexualidade e à maternidade. Com as mulheres em situação de sem-abrigo a representarem alguma invisibilidade no espaço público, tornam-se um elemento distintivo. Tanto homens quanto mulheres nesta situação são retratados pela diferença face ao resto da sociedade, porque apresentam desvios face ao seu papel social. No entanto, as mulheres sofrem uma dupla estigmatização porque, para além de estarem

nessa situação, contrastam com o imaginário social criado à volta da vida da mulher (Lopes, 2017; Bretherton et al., 2016).

Pouco se sabe quanto à saúde destas mulheres e os testemunhos que existem correspondem apenas à parcela de mulheres integrante nos conceitos nacionais como estando sem abrigo. As evidências sugerem ser um desafio para estas mulheres manter o estado de saúde e conseguir ter acesso a serviços médicos. Em pesquisas conduzidas na Europa, os problemas circulatórios, ósseos, cardiovasculares e respiratórios, a prevalência de doenças e infeções sexualmente transmissíveis e as doenças mentais, são os problemas de saúde que têm mais ênfase nesta população (Wolf et al., 2016). A condição social tem impacto na saúde de cada indivíduo. Segundo Singer & Clair (2003), as doenças podem ser pensadas à luz do contexto biossocial, porque têm uma relação sindémica.<sup>5</sup> Por exemplo, Paul Farmer (1999) referia que a tuberculose é dificilmente compreendida na ausência de entendimento das várias forças sociais que contribuem para a sua propagação. Sendo uma doença que afetava particularmente a população sem-abrigo institucionalizada, tinha de se compreender como as forças sociais – desde a violência política ao racismo – tomavam forma numa patologia individual. Segundo Farmer:

“The mechanisms by which this occurs include the prevalence of the disease among the poor and the fact that the poor are more likely to live together, often in the cramped, airless quarters that once characterized the “lung blocks” of industrializing cities and now describe the urban ghettos in which tuberculosis is endemic” (1999:55).

O sexo e o género surgem como potencializadores das complicações de saúde na população sem-abrigo. Por exemplo, alguns estudos associam as doenças mentais a uma das causas e efeitos dominantes específicos das mulheres, mas não há certezas se as doenças mentais são um fator para a situação de sem-abrigo ou as próprias condições ambientais levaram ao aparecimento destas doenças.

---

<sup>5</sup> A Sindemia foi um termo desenvolvido pela Antropologia a partir da década de 1990. Merrill Singer (2003) usa-o para explicar eventuais casos onde duas ou mais doenças se unem num determinado contexto potencializado por fatores sociais, ambientais e económicos.

“[...] Syndemics [...] also involve the interaction of diseases or other adverse health conditions (e.g., malnutrition, substance abuse, stress) as a consequence of a set of health-threatening social conditions (e.g., noxious living, working or environmental conditions, or oppressive social relationships). In other words, a syndemic is a set of intertwined and mutually enhancing epidemics involving disease interactions at the biological level that develop and are sustained in a community/population because of harmful social conditions and injurious social connections” (Singer e Clair, 2003).

No entanto, existe uma forte probabilidade de a saúde mental não ser uma característica particular entre sexos e muito menos uma característica feminina, tratando-se de conclusões baseadas em preconceitos culturais, que, por si, podem também fomentar estereótipos relacionados ao género e à própria condição das mulheres em situação de sem-abrigo (Martins, 2010).

De acordo com Singer e Clair (2003), é possível prevenir uma sindemia, ao controlar as forças que juntam essas doenças e as tornam prevalentes numa determinada população (Singer e Clair, 2003). Neste caso, na Europa, as pessoas em situação de sem-abrigo tendem a ter cuidados de saúde, mesmo em contextos onde esses serviços estão limitados, exemplo dos países da Europa do Sul. Ainda assim, quando os cuidados básicos não são providenciados pelo Estado são, à partida, assegurados pelas instituições que trabalham com esta população (Bretherton et al., 2016).

Esses são os princípios da moral humanitária e da assistência pelas instituições solidárias: humanidade, imparcialidade, serviço voluntário, universalidade (Barnett e Weiss, 2008). Estes são os principais critérios orientadores da ação institucional e são também esses os objetivos do CASA, como se verá no capítulo seguinte. Estas instituições estão situadas entre “as políticas da solidariedade e as políticas da governança”, porque produzem impactos políticos:

“Activities such as human rights, development, democracy promotion, and peacebuilding are political because they promote to treat causes and not symptoms and thus are implicated in a politics of transformation” (Barnett e Weiss, 2008: 4).

## **4. SERVIÇO INSTITUCIONAL E EXPERIÊNCIAS QUOTIDIANAS**

### **4.1. O CASA como agente de apoio social**

O CASA (ver figura 1) faz parte da rede de entidades de apoio à pessoa em situação de sem-abrigo em Coimbra e também do NPISA da cidade. Recorde-se que os NPISA foram criados com a ENIPSSA, sendo núcleos de planeamento e intervenção espalhados pelas cidades do país. O NPISA de Coimbra, onde se insere o CASA e juntamente com outras entidades contribui para a identificação e intervenção com pessoas em situação de sem-abrigo. De forma geral, responsabiliza-se pelo:

[...] acompanhamento de pessoas em situação de sem-abrigo, bem como pela articulação entre as várias instituições que o constituem [...]. Procura [...] facilitar intervenções multidisciplinares e multisectoriais que respondam às necessidades bio-psico-sociais dos indivíduos em acompanhamento. [...] As atividades desenvolvidas são: -Discussão de casos que implicam encaminhamentos, articulação, delineação de estratégias e distribuição de funções de acordo com as especificidades de cada instituição; - Promoção do tratamento de patologias aditivas e/ou outras com o CHUC [...] - Discussão do Plano de atividades [...]. Partilha de informação que possa ser pertinente para o trabalho desenvolvido – rastreios médicos, voluntariado, eventos da cidade, - Preparação e participação de congressos ou Encontros Nacionais/Internacionais na área da saúde mental e do serviço social [...] (ENIPSSA, 2021).

O CASA insere-se nos parâmetros dos NPISA: providencia acompanhamento pessoal, bens alimentares, artigos de vestuário e serviços de reintegração social. É uma associação direcionada ao apoio a situações de pobreza, independentemente do seu estatuto social, etnia, religião ou género. Distribui refeições, cabazes alimentares, cobertores, sacos de cama e produtos de higiene. Reencaminha os utentes para serviços de saúde, assistência

psicológica e reinserção social, caso seja necessário. O Centro funciona por doações, voluntariado e o trabalho de psicólogos e assistentes sociais contratados pela autarquia. Todos os alimentos entregues são conseguidos por recolhas periódicas que os voluntários fazem em hipermercados do país, por escolas e pastelarias do concelho de Coimbra e são também conseguidos por doações externas ou dos próprios voluntários. O mesmo acontece com o vestuário, os cobertores e sacos de cama que, depois de recolhidos, são distribuídos nessas atividades semanais (CASA, 2021).

A realidade verificada neste ano não corresponde à que sempre se viveu no CMIS. O CASA ajustou-se às regras da pandemia de COVID-19, no início de 2020. Antes da pandemia, as refeições eram confeccionadas e servidas dentro do espaço do CASA, o que possibilitava um ambiente de convívio entre utentes e voluntários. Querendo manter as suas instalações abertas e garantir o apoio habitual a todos, o jantar solidário já não acontece em convívio e a comida é entregue de forma mais impessoal, por *take-away*. Existe um papel afixado no CASA com as regras relativas ao funcionamento durante a pandemia. Entre elas, adotou-se o regime de entregas de alimentos; suspendeu-se a integração de novos voluntários em janeiro; suspendeu-se a possibilidade de doação de roupas e a sua distribuição; passou a desinfetar-se as mãos e a medir a temperatura à entrada do estabelecimento.

Qualquer pessoa pode pedir ajuda no CASA. No entanto, tem de preencher uma série de requisitos para poder receber os apoios. Na avaliação inicial feita a cada utente, é-lhe perguntado se recebe rendimentos, se recebe o Rendimento Social de Inserção (RSI), se tem casa, entre outros aspetos. A sinalização e identificação de casos de ajuda, pertence à equipa de assistentes sociais e psicólogos e não acontece durante o período de entrega de refeições. Através destes dados, os assistentes sociais podem conhecer a realidade das pessoas e ajudar os indivíduos ou as famílias mais carenciadas. É, portanto, uma realidade externa à que presenciei. O objetivo da identificação é poder conhecer a realidade do utente, ter as suas informações guardadas nos registos do Centro e poder destinar os apoios – limitados – apenas às pessoas em condições mais vulneráveis. Depois de conhecer os casos, também é mais fácil encaminhá-los para os serviços mais adequados a cada um.

O CASA não tem cuidados médicos, dirigindo os casos de problemas de saúde para os serviços competentes. Por exemplo, durante a pandemia, não existiu nenhum utente infetado com COVID-19. Porém, caso tal situação se verificasse a instituição implementaria

regras de carácter preventivo. Essas consistiam no isolamento do doente numa das salas do piso superior, sendo posteriormente encaminhado para o hospital da cidade.

As instituições e organizações não-governamentais têm um papel importante na melhoria da situação de vida de muitas pessoas sem teto e mesmo na mitigação desses casos. Ao longo do ano de trabalho de campo, o número de pessoas a pedir ajuda no Centro tem diminuído. Isso não significa exatamente que existam menos pessoas nestas condições. Pode, de facto, revelar que estas pessoas estão a conseguir reunir recursos e apoios para sair das situações de sem-abrigo. Mas também pode significar que existem cada vez mais pessoas a não pedirem e terem ajuda das instituições. Também pode ser resultado da pandemia e do confinamento geral.

Em suma, a atividade do CASA baseia-se em: entrega de alimentos e bens materiais, acompanhamento, transmissão de informação a outras entidades locais, encaminhamento de casos a serviços especiais.



**Figura 1- O Centro Municipal de Integração Social, vista exterior.**

## 4.2. Atividades do CASA

Estando limitada ao ambiente do CMIS e tendo interesse em conhecer a realidade para além da que experienciei nos moldes das atividades do CASA, aceitei pertencer à equipa de um giro de rua noturno. Os giros noturnos acontecem predominantemente nos dias mais rigorosos de inverno. O objetivo dessa atividade é levar cobertores, sacos de cama e alimentos quentes a pessoas que pernoitam nas ruas de Coimbra. Essas pessoas estão sinalizadas pelas várias equipas de intervenção na cidade (as várias entidades), sendo que algumas delas não contactam por livre vontade com elas e, por isso, não conseguem recolher bens essenciais.

Fiz o giro com o intuito de conhecer melhor o desempenho do CASA e a diversidade de situações de rua em Coimbra. Por essa razão, será, de seguida, transcrito. Marcado para o dia 31.01.2021, o giro de rua ficou registado, no Diário de Campo, da seguinte forma:

“Depois de entregarmos as refeições no Centro, estamos a iniciar o giro às 20:30H. O objetivo da ronda noturna é entregar comida, bebidas quentes, sacos de cama, cobertores e meias a pessoas que estejam a dormir nas ruas de Coimbra nos dias de inverno mais frios. Fomos 4 pessoas (voluntários e técnicos) no carro de uma voluntária. O que trouxemos: café, comida, sacos de cama, cobertores e meias quentes.

Parámos acima da Praça da República, estamos os quatro a distribuir tarefas, entregámos café quente e comida a uma mulher que saiu da parte de trás de uma casa abandonada e parece já conhecer os técnicos. Seguimos para a Praça da República e chamámos um senhor conhecido do CASA para lhe entregar comida. Sabemos que tem pessoas escondidas no departamento de Química. Lá entregamos sacos de cama a dois homens e ficamos a conversar com um deles que nos disse que lhe tinham roubado o saco de cama. Foi a primeira vez que tive a oportunidade de estabelecer relações e de conversar com cada pessoa, o que é difícil de fazer no CASA. Apesar do nervosismo, os técnicos estão habituados a fazer as rondas e estão a ajudar-me a estar mais à vontade. Procurámos por mais pessoas nessa zona, mas não conseguimos



ver mais ninguém. Ao vir embora, encontrámos um senhor acompanhado do filho a dormir em cima de um cartão, também nas Químicas. Conversamos cerca de meia hora acerca do que lhe tinha acontecido nos últimos tempos. Apercebi-me que eles aproveitam este tempo para falar sobre as suas frustrações e pequenas coisas do dia-a-dia.

Percorremos o espaço perto das Escadas Monumentais, não estava lá ninguém. Fomos a uma igreja, mas o senhor não quis que nos aproximássemos. Seguimos para a Casa do Sal, e procurámos o senhor que sabemos que está lá há uns tempos. Está deitado em cima da terra, apenas protegido por cartões. Falei com ele enquanto comeu. Na Avenida Fernão Magalhães e na zona da baixa encontramos vários homens e mulheres. Fomos especialmente à procura de uma senhora que sabemos que está a dormir perto da Loja do Cidadão, mas não a vimos. Entregamos comida a um rapaz jovem que dorme no carro e acabamos o giro. É meia-noite”.

Foi a única oportunidade que tive de contactar com outras pessoas para além das que vão ao CASA. O giro de rua mostrou que frequentar exclusivamente o CASA é conhecer apenas uma pequena parte da realidade da cidade. Apesar de não existirem números ou estatísticas evidentes, percebe-se por este tipo de atividades, que existem, definitivamente, mais pessoas a dormir nas ruas do que as que frequentam as instituições. Estas entidades podem construir números com base nos seus utentes, mas existem sempre mais pessoas que não são contabilizadas. Estas pessoas evitam ao máximo serem localizados pelos serviços, pela segurança social ou por entidades solidárias. Talvez seja por isso que se encontrem muitas mais pessoas nos giros de rua para além das que vão às instituições. Por consequência, esses casos também não são tratados. Grande parte dos indivíduos que se encontram nos giros não está visível na rua, mas sim escondida. Encontrámos mais homens do que mulheres, mas sabe-se que existem mais sinalizados/as e, possivelmente, existem muitos mais por identificar.

Sente-se uma grande diversidade de pessoas a usufruir dos serviços do CASA. Vão ao Centro homens, mulheres, idosos, idosas, jovens adolescentes, casais e imigrantes. A maioria dos seus utentes estão solteiros e a viver sozinhos e a maioria das mulheres também. Como objetivo deste estudo se prende com o estudo de mulheres em situação de sem-abrigo,

optei por entrevistar quatro mulheres utentes do CASA. A Beatriz, a Lúcia e a Madalena, de momento, têm casa. A Beatriz e a Madalena vivem atualmente com os seus companheiros. A outra entrevistada, a Lúcia, continua a dormir nas ruas, sozinha.

### **4.3. Preparação das entrevistas**

A criação de laços de familiaridade tornou possível fazer uma “entrevista para o estudo de mulheres em situação de sem-abrigo”. E não é fácil estabelecer esta confiança. Muitas vezes questionei-me se ia conseguir aproximar-me o suficiente ao ponto de as convidar para conversar. Algumas das conversas mais rápidas que tive no exterior do CMIS foram totalmente desmentidas por voluntários antigos do CASA. O que foi dito durante algumas das entrevistas não coincide com as informações que foram observadas durante o período de voluntariado e com os registos dos trabalhadores e voluntários do CASA. Os voluntários mais antigos, psicológicos e assistentes sociais sempre avisaram para a dificuldade que seria estabelecer laços – portanto, deveria colocar-se alguma urgência em fazê-lo – e deixaram consciente quanto ao aparecimento do inesperado, imprevistos e mentiras, especialmente durante o planeamento e realização das entrevistas.

Quando revelei às entrevistadas o objetivo da conversa, elas mostraram-se quase imediatamente disponíveis para responder e interessadas em contribuir para a pesquisa. O contacto próximo com populações designadas por “socialmente excluídas” e em condições de privação precisa de reavaliação dessas categorias. É isso que também se fará de seguida.

### **4.4. Percursos na situação de sem-abrigo**

Através das seguintes secções pretende-se explicar os percursos de vida e desenvolver os tópicos que se salientaram durante as mesmas. Como foi referido anteriormente, as entrevistadas são a Filipa, a Beatriz, a Madalena e a Lúcia e as suas histórias serão apresentadas de seguida. Ouvir as narrativas foi crucial para perceber como os seus percursos de vida as encaminharam a uma situação de sem-abrigo, quais foram as componentes mais marcantes para o agravamento da sua condição de vida e para compará-los com a literatura sobre o tema.

A Filipa tem 50 anos, é portuguesa e oriunda da Figueira da Foz. Reside em Coimbra há vários anos. Quando se mudou, viveu com o marido e os filhos, mas, entretanto, divorciou-se e o filho menor foi institucionalizado. Depois disso, passou a viver sozinha num apartamento. Há cerca de um ano ficou desempregada e recebia apenas um rendimento social de inserção. Não conseguiu pagar as rendas da casa, foi despojada pela senhoria e, conseqüentemente, viveu sensivelmente três meses e meio num prédio abandonado, na baixa da cidade de Coimbra. Durante esse período, ainda a receber o rendimento social de inserção, tentou juntar dinheiro para a caução de arrendamento de uma nova casa.

“[...] agora tenho de arranjar maneira de conseguir juntar dinheiro para arranjar uma casa. Foi isso que eu fiz. Estive ... três meses e meio sensivelmente [na rua], eu recebia o dinheiro só tirava mesmo o mínimo dos mínimos para conseguir juntar dinheiro [para pagar uma nova renda]” (Filipa, Coimbra, 2021).

As dificuldades económicas, o desemprego e a falta de apoios foram, assim, a razão apontada pela Filipa para ter perdido a casa. Uma das primeiras coisas que expôs:

“Na altura, não foi fácil. Se calhar, para aí 90 % das pessoas nunca o souberam [que esteve sem casa] [...]” (Filipa, Coimbra, 2021).

A Beatriz tem 21 anos, é portuguesa, natural do Porto e vive há seis anos em Coimbra. À semelhança da Filipa, a Beatriz deixou de conseguir pagar a sua casa por motivos económicos. Vivia com o namorado, mas perderam ambos o emprego devido à pandemia de Covid-19. Quando a pandemia agravou, ficaram sem rendimentos, necessitaram de bens alimentares e começaram a receber apoios do CASA. Referiu que dormiram apenas uma ou duas noites na rua, tendo tido sempre a casa de um amigo, onde ficaram a viver durante três meses. A Beatriz é o caso de uma situação que provavelmente não constaria nas estatísticas de pessoas em situação de sem-abrigo, sendo que teve sempre um teto. No entanto, o CASA considera estes casos como sem-abrigo e apoia-os. Disse-me que numa primeira fase quando a situação económica se agravou:

“Comecei a receber menos. Não faltou a casa, mas faltou os alimentos” (Beatriz, Coimbra, 2021).

Foi nesse período em que começou a pedir ajuda em várias instituições, que não a aceitaram porque ainda tinha emprego. Só o CASA a ajudou. E, só quando perdeu o lar pôde usufruir dos serviços das outras instituições. A Filipa foi um exemplo que comprova que grande parte das mulheres pede ajuda apenas quando já tentou todas as outras opções. A sua primeira opção de teto foi a casa do amigo e só depois a apoio das entidades solidárias. Quando lhe perguntei se esteve sem teto, disse-me:

“Não foi literalmente na rua. Na rua só estive para aí uns dois dias. Pedimos logo ajuda, já estava grávida. Estive um tempo em que não tive [casa]. Estive para aí uns três meses sem casa. Estava com o meu companheiro. Estávamos em casa de um amigo nosso, entretanto ficámos mesmo sem e pedimos ajuda. Estamos num estúdio pago pela Cáritas” (Beatriz, Coimbra, 2021).

As entrevistas sugerem caminhos distintos e diversos entre cada mulher, como se verá. No entanto, verificam-se também alguns padrões. O mais evidente é a pobreza e a falta de poder económico, tendo-se demonstrado as características mais relevantes quando se analisa os percursos desta população e os motivos para a situação de sem-abrigo, ainda que se observem outros fatores. A instabilidade nos seus antigos empregos (a Filipa estava desempregada e teve sempre em empregos instáveis e com salários baixos e a Beatriz perdeu o emprego na restauração durante a pandemia), é o aspeto determinante para o início do agravamento das suas situações. Como referia Pereirinha et al. (2008), o género e a pobreza articulam-se quando se percebe que as mulheres predominam nos empregos que as colocam em posições economicamente desfavoráveis.

A pobreza também marcou o percurso da Madalena e da Lúcia, ainda que não as tenha levado diretamente à vida na rua. O depoimento da Lúcia e da Madalena evidenciaram histórias bastantes distintas das outras entrevistadas. Ainda que os seus percursos estejam relacionados à pobreza – as duas estavam desempregadas e a receber apenas o Rendimento Social de Inserção –, foram outros motivos que as conduziram à rua.

Veja-se o caso da Lúcia. Tem 60 anos e vive em Coimbra há um ano:

“Estou na rua há um ano. Conheci este senhor, deixei dois filhos, vim para aqui”.

- Tinha uma casa e, entretanto, perdeu-a?
- “Tinha tudo... Maluquice minha”.
- Como aconteceu isso? Deixou de ter possibilidades económicas?
- “Não, não. Até vivia bem, não faltava nada. Agora é que estou assim”.
- “Estou na rua do Brasil, numa fábrica (Lúcia, Coimbra, 2021)”.

A Lúcia deixou a casa quando decidiu ir viver para Salamanca com o companheiro. Depois, voltaram para Portugal, para Coimbra. Há um ano, o companheiro foi preso e a Lúcia ficou sem teto.

Quanto à experiência da Madalena, de 50 anos, referiu-se o alcoolismo como o fator principal que levou à rua:

- Já estive aqui na casa-abrigo, já estive no Farol [quartos para pessoas que não têm dormida].
- Quem é que a ajuda?
- A assistente social.
- Qual foi o tempo em que estive na rua?
- Um mês, mês e meio.
- O que aconteceu?
- Eu juntava-me com pessoas que bebiam. Agora já não bebo.
- Então, foi por isso?
- Sim, foi por causa da bebida e de certas companhias (Madalena, Coimbra, 2021).

#### 4.4.1. Enfraquecimento das redes de sociabilidade

Como foi referido no primeiro capítulo, a exclusão social não depende apenas da perda de autonomia monetária e de casos de privação de bens. Essa exclusão está principalmente relacionada com a desintegração na malha social e o enfraquecimento de laços sociais e relacionais (Bruto da Costa, 2015:9). Excetuando a história relatada pela Beatriz, a maioria das entrevistadas estavam solteiras ou faziam parte de uma família monoparental quando perderam as suas casas. Portanto, já viviam sozinhas e, como se verá, perderam os laços familiares que tinham.

A Filipa tem um filho menor institucionalizado e vivia sozinha quando foi despejada. A Beatriz nunca esteve sozinha. Já vivia com o namorado, perdeu a casa com ele e esteve sempre acompanhada. No entanto, só teve apoio quando perdeu a casa e a gravidez foi um incentivo nos planos de ajuda. A Madalena vive também sozinha, apenas a receber o RSI. A Lúcia vive sozinha na fábrica desde que o companheiro foi preso. A exclusão social pode ser relacionada à falta de apoio familiar e das redes sociais informais. Concluindo, verificou-se que de facto existe um enfraquecimento do contacto com a família e a inexistência de proteção e auxílio.

Uma das perguntas do guião referia-se à possibilidade de existência de apoio pelos familiares e amigos. A Filipa disse-me que não o teve:

-Na altura não teve ajuda de familiares ou amigos?

-Não, de ninguém, de ninguém.

-Os seus filhos sabiam que estava na rua?

-Nessa altura não souberam. Eu consegui evitar. Mas depois sim. Eu disse que quando eu pudesse eu dizia, porque eles tinham de entender porque é que de um momento para o outro tinham de deixar de vir aos fins de semana. Mas eu não autorizei que mais ninguém contasse (Filipa, Coimbra, 2021).

A Filipa esteve sempre sozinha durante os três meses em que esteve sem teto. No entanto, a própria afirma que ninguém, seu familiar, soube que ela estava nessa situação.

No caso da Lúcia, a família também não foi uma das ajudas que pôde contar.

“Eu não quero que eles saibam que... pronto, estou nesta vida. Eu nunca disse que estava aqui. Quando telefonam, eu digo que estou noutra país. Não consigo dizer. Não quero” (Lúcia, Coimbra, 2021).

Pelo contrário, um dos familiares da Madalena sabia que ela estava a dormir na rua. Durante a entrevista, tinha referido várias vezes ter uma filha maior de idade e netos. Assim, perguntei-lhe:

-A sua filha soube que esteve na rua?

-Soube, então não soube?

-Ajudou-a?

-Ela coitada o que podia fazer? Ela dizia “mãe, não vás para aí... já tens idade”. Eu não tinha nada a esconder a ela.

-Ela não pôde levá-la para casa dela?

-Oh, pronto...ela tem os miúdos, a casa dela também é pequena...e ela também...tem a vida dela (Madalena, Coimbra, 2021).

A Beatriz referiu o apoio não da família, mas de um amigo, que lhe deu guarida por três meses na sua casa. No entanto, no que toca à família, teve um depoimento semelhante às outras mulheres:

- A tua família ajudou-te?

- Não, a minha mãe pôs-me fora de casa com dezoito.

-Então não te relacionas com eles?

-Não, nem está cá ninguém, está tudo no Porto. Eles não souberam (Beatriz, Coimbra, 2021).

Observou-se quase um padrão nestas mulheres: o distanciamento delas, estando numa situação desfavorável, em relação aos demais. A Beatriz foi a única entrevistada que revelou manter laços sociais e um teto, ao ter vivido em casa do amigo. Fernandes (2014) alertava para perigosa associação da exclusão social a todas as situações de desequilíbrio social. No entanto, elas são exemplos de ruturas familiares e de amizade, que caracterizam a própria exclusão social.

#### **4.4.2. Invisibilidade e estigma**

O facto de não contarem aos familiares acerca da sua situação ou mesmo abrigarem-se em lugares escondidos, foi justificado pelas próprias pelo estigma e a vergonha que admitem sentir. Como se percebeu pelo relato da Lúcia, ela evitou o contacto com os familiares precisamente pelo constrangimento em partilhar com eles a realidade do caminho que percorreu durante o último ano.

A literatura afirma que a grande maioria das mulheres tem teto, estando a viver com familiares ou amigos e, no caso das mulheres em situações de rua, estão longe do olhar público. Mas os estudos incidentes na invisibilidade não exploram o porquê da mesma acontecer. Um dos factos pode estar relacionado com apenas se encontrarem números inferiores de mulheres a viver nas ruas, com a vergonha e a autoestigma das mulheres que experienciam esta situação.

A Filipa acredita existirem mais mulheres sem teto do que aquelas que vão às instituições. Respondeu assim à minha interrogação:

-Conhece muitos casos de mulheres que vivam na rua?

-Neste momento, como não frequento ali o Pátio, já não estou a ter tanta perceção, mas...há aí algumas. Haverá muitas que não se sabe. O estigma é demasiado. Às vezes acho que o preço a pagar é demasiado elevado. Já está mau, mas o preço a pagar... Se foi o homem que teve um azar desses e até está nessa situação epá, coitado, não teve ninguém que o ajudasse, para lhe dar a mão. Se for uma mulher [dizem] ‘ah, ela está assim por quer’. Há muito essa atitude, até por parte de pessoas que tanto pela sua experiência



profissional, como pela sua formação, tinham a obrigação de ter outro tipo de atitude” (Filipa, Coimbra, 2021).

“Eles continuavam a ver-me da mesma maneira porque não sabiam da situação em que eu estava. Se soubessem, é claro que...se calhar, havia sítios em que me iriam negar a entrada, por exemplo. Se calhar, não podia estar ao pé de certas pessoas” (Filipa, Coimbra, 2021).

A Lúcia deu uma explicação da estigmatização aliada ao género. No mesmo sentido, refere Beatriz:

“Haver, há, mas, também, muitas delas não querem é pedir ajuda, por vergonha... A mulher vai procurar mais ajuda. [...] Eu sei que fui ajudada e rápido porque eu estava grávida. Não sei até que ponto, se não estivesse, se tinha ajuda assim tão rápido” (Beatriz, Coimbra, 2021).

O facto de não quererem estar ligados a uma instituição solidária, por exemplo, também pode ser uma justificação. A Lúcia também entende que existem mais mulheres a dormir nas ruas do que aquelas que há conhecimento, mas afirma que:

“Muita gente não quer [ter apoios] porque querem andar na rua. Não querem estar presos” (Lúcia, Coimbra, 2021).

De facto, os voluntários mais antigos do CASA ressaltam que, geralmente, as pessoas em situação de sem-abrigo evitam serem localizados pelos serviços ou pelas entidades solidárias. Por exemplo, para receber o RSI, é preciso ter uma morada fixa. Normalmente, o correio destas pessoas vai para as instituições que os acompanham. Há sempre uma forma de localizá-los. Muitas pessoas evitam esse controlo, nunca ficando no mesmo tempo no mesmo local, com a mesma instituição. Por outro lado, é essencial para eles continuarem a ter contacto com os serviços.

A questão da vergonha evidencia que a estigmatização também parte delas próprias. O medo do julgamento e os sentimentos de culpa são dos maiores motivos para o facto destas mulheres não pedirem ajudas, tanto a familiares como mesmo às próprias instituições. Para além disso, podem evitar esses pedidos por medo de sentirem presas ou controladas. Por

exemplo, a Beatriz, grávida, referiu não querer continuar a pedir ajuda por receio que lhe retirem o filho, algo que é referido pelos técnicos do CASA como frequente.

#### **4.4.3. A contribuição do apoio social**

Apesar das opiniões variarem entre as entrevistadas, estas transmitiram a ideia de que o CASA e diversas entidades solidárias foram, assumidamente, dos maiores pilares para lhes assegurar o mínimo de recursos e na melhoria da sua qualidade de vida. As instituições e as ONG's da região de Coimbra fizeram parte do dia-a-dia das quatro mulheres e foram o meio mais acessível para conseguirem superar algumas dificuldades. Durante o período de voluntariado, foi-se percebendo que grande parte das pessoas recebe o Rendimento Social de Inserção, mas é a única forma de rendimento disponível.

A Filipa foi a única entrevistada que referiu receber o RSI enquanto esteve sem abrigo, nos três meses em que viveu no prédio abandonado. Teve, diariamente, o apoio da cozinha económica e, mais tarde, passou também a ir ao CASA. A Beatriz, a Madalena e a Lúcia também contaram sempre com o apoio de várias instituições da região de Coimbra. A Madalena afirmou que os serviços do CASA são uma ajuda para ela, mesmo agora que está numa fase mais estável e vive numa pensão. A Beatriz e a Lúcia também deram uma opinião positiva sobre estas entidades: as refeições, o vestuário, o acompanhamento e os giros de rua foram uma ajuda durante a sua pior fase. Mas, nota-se uma dualidade de opiniões:

“Aquilo foi criado para ser dirigido a um universo leque da população, começaram a abranger outras situações, mas o verdadeiro intuito de ajudar as pessoas em situação eminente de ficarem sem abrigo, ou seja, mesmo sem abrigos, eles não conseguem responder” (Lúcia, Coimbra, 2021).

Existem diferentes entidades e instituições na região de Coimbra, com diferentes tipos de intervenções. Em relação a situações de emergência, a Filipa referiu existirem instituições mais aptas a respostas rápidas do que o CASA.

“Tirando a equipa da Cruz Vermelha... e a da Integrar que é à quinta-feira à noite, mais nenhuma equipa se lá chegar alguma pessoa numa situação de emergência e disser que precisa de ajuda se disponibiliza a ativar o 144 [o número de telefone de emergências social]” (Filipa, Coimbra, 2021).

No entanto, o CASA tem respostas a longo prazo. O caso da Beatriz demonstra isso mesmo, tendo sido através do contacto com as instituições que lhe conseguiram dar uma casa.:

“Aqui [no CASA] comecei antes [de ficar sem casa], porque eu ainda entrei em *lay-off* e necessitei de alimentação antes de perder a casa. Por isso, para aí há seis meses que pedi ajuda aqui. Fui à cozinha económica que só tive direito quando perdi o trabalho e foi só aqui que me aceitaram. Neste momento não tenho vindo cá. Já arranjei trabalho e então tenho-me orientado. Também a Cáritas nos dá alimentos, por isso, já não necessitamos tanto e então já não viemos aqui (Beatriz, Coimbra, 2021).

Ainda sobre o apoio das instituições, a Madalena confirma que foi com a ajuda das instituições e da sua assistente social que conseguiu melhorar a sua situação e ter um teto.

-Há coisas que a doutora ainda ajuda [a assistente social].

- Quem é que a ajudou a arranjar uma casa?

- Esta última vez...foi a minha assistente social. Tive na Pensão Avenida dois meses e tal. A partir daí, começou a ver que já não bebia nem fazia nada...já vai fazer oito meses. Comecei a largar a bebida e foi...já fiz algumas curas ao álcool... e, desta vez, não foi preciso ninguém...quando preciso de alguma coisa, vou lá e ela ajuda (Madalena, Coimbra, 2021).

Do CASA, a Lúcia recebe alimentos e roupas:

“Vou à Cruz Vermelha, à cozinha buscar o almoço e depois à noite venho aqui. Venho cá há um ano. Disseram ao meu marido e a gente veio cá. Foi uma ajuda para mim para a comida e a roupa. Se não fosse as instituições era difícil” (Lúcia, Coimbra, 2021).

Com base nos relatos das mulheres, o NPISA de Coimbra parece ter um grupo múltiplo e articulado de intervenção e acompanhamento das situações de sem-abrigo. O exemplo da Beatriz que foi rapidamente ajudada ao estar grávida evidencia que os planos de ajuda são sensivelmente modelados pelo género e têm estratégias rápidas.

#### 4.4.3.1. Discriminação na assistência institucional?

“A única forma de diminuir a violência estrutural é pela promoção de justiça social” (Fernandes, 2014).

A atuação das instituições solidárias fundamenta-se na promoção de justiça social e na garantia de apoios e assistência igualitária. A ENIPSSA e os NPISA raramente consideram as necessidades individuais e o género. Desta forma, a questão da discriminação na assistência tinha de ser conduzida durante as entrevistas. Procurou perceber se estas mulheres sentiram diferença na assistência ou discriminação com base na sua identidade.

De forma geral, os testemunhos refletiram a ideia de que há uma diferença na intervenção dependendo da instituição. A Beatriz foi apenas ajudada pelo CASA antes de perder o emprego, não tendo sido ajudada por outras organizações quando teve dificuldades alimentares. No entanto, dentro da mesma instituição, elas referem que, por vezes, veem formas diferentes de intervenção com os utentes, apesar destas diferenças por vezes serem essenciais. As respostas da Filipa tinham confirmado a existência de descortesia na possibilidade de presença de necessidades específicas, sendo mulher. Em relação ao atendimento a homens e mulheres, a Filipa referiu que:

“Por norma, há uma certa tendência a desculpabilizar mais os homens, ser mais permissivo e fazer mais cedências... como se eles fossem uns incapazes. E em relação às mulheres há mais o oposto. Há mais o “não, ela se é mulher tem de conseguir” (Filipa, Coimbra, 2021).

Em relação às diferenças entre homens e mulheres, deu um exemplo, de seu conhecimento, sobre o funcionamento de outra instituição, uma casa-abrigo:

“As pessoas que lá estão institucionalizadas...as mulheres têm de fazer a limpeza do seu próprio quarto e dos espaços comuns. Os homens...são as empregadas que vão fazer a limpeza do espaço. As mulheres têm de fazer a cama, os homens não. As mulheres têm de ir levantar a roupa e arrumá-la no seu armário. Os homens...a maioria deles são elas que vão pôr. Outra coisa é serem sexistas e ‘ah, isto é um homem não vai fazer isto’” (Filipa, Coimbra, 2021).

Os únicos serviços de reintegração social e desenvolvimento pessoal que existem para mulheres em situação de sem-abrigo, são baseadas em discriminações de género. Como foi referido nas metodologias, o voluntariado foi apenas feito nos dias de entrega de alimentos e vestuário. Por esse motivo, nunca frequentei os cursos e atividades que o CASA promove nos outros dias. No entanto, a Filipa frequentou-os e referiu-os quando a questioneei se existiam diferenças entre homens e mulheres. A sua resposta indica que os seus programas, tal como na casa abrigo, replicam papéis de género:

“Por exemplo, às vezes para certas atividades, distinguem [entre homens e mulheres]. Neste momento, a única coisa que houve lá [para mulheres] foi o atelier de costura e estava para haver um atelier de culinária” (Filipa, Coimbra, 2021).

A Madalena e a Lúcia julgam não serem tratadas de forma diferente nas instituições. Afirmam não ter perceção sobre a existência de serviços diferentes. Confirmaram apenas que as instituições foram e são uma ajuda para elas:

“Tratam-me bem. Não sinto que falte nada...O tratamento e serviços que dão são iguais para mim. Quando cá vinha era sempre com o meu marido e era igual” (Lúcia, Coimbra, 2021).

“Gosto dos serviços. De momento eles têm-me ajudado” (Madalena, Coimbra, 2021).

#### **4.4.4. Prostituição como forma de subsistência**

O tópico da prostituição surgiu durante a conversa com a Madalena quando lhe perguntei acerca do seu quotidiano na rua. O objetivo era ter uma perceção sobre as suas atividades diárias e se existiam estratégias de superação. A prostituição surgiu como resposta automática à minha pergunta.

- Como se passa um dia na rua?

-Às vezes ia para a prostituição, mas agora já não faço isso.

-Era uma forma de sustento?

-Era. Precisava de dinheiro e ia. Mas há muito tempo que...não digo que não vou, se precisar de ir vou, mas já há muito tempo que não.

-Era dinheiro para comida?

-Sim. Para comprar os meus cigarritos, para a comida. Para a bebida (Madalena, Coimbra, 2021).

A prostituição é um dos percursos mais frequentes na situação de sem-abrigo feminina, confirmando a ideia de que há rotas vincadamente relacionadas aos papéis e estereótipos de género (Lopes, 2017). As Beatriz, a Lúcia e a Filipa nunca pensaram na prostituição, apesar de conhecerem casos de outras mulheres que vivem na rua e se prostituem. A Beatriz afirmou que nunca tinha sido uma hipótese, mas vale relembrar que ela esteve sempre acompanhada do parceiro e teve, na maioria do tempo, uma casa para dormir, comida e apoio das instituições. Pelo contrário, a Madalena já esteve sem teto e desamparada vários meses.

A prostituição está também ligada a outro tópico: o da violência. A Madalena não sofreu de episódios de violência enquanto se prostituiu, mas referiu este tema. Na verdade, quando foi abordado o tópico da prostituição, todas as entrevistadas encaminharam o tema para o facto de se sentirem mais vulneráveis e alvo de situações de violência.

#### **4.4.5. Formas de violência**

Quando estas mulheres se referiram ao assunto da violência, especificaram com exemplos de casos de agressões físicas feitos a mulheres. Este é o tipo de violência que se habituaram a assistir. Perguntei-lhes se alguma vez tinham sofrido agressões ou violações enquanto estiveram a pernoitar na rua. Nenhuma delas declarou ter sofrido episódios. Contudo, a maioria afirmou ter testemunhado casos.

Apresenta-se uma parte da conversa com a Filipa relacionada a este tópico:

-Considera que esta situação é mais dura ou complicada para as mulheres?

-É, é. E as mulheres depois estão expostas a perigos de...conotação sexual. Acabam por estar mais vulneráveis perante a sociedade no geral.

-Então esteve mais vulnerável durante esses três meses?

-Claro. Sempre, sempre.

-Sofreu alguma vez de violência?

-Não, não. Mas sei de casos de mulheres que foram abusadas sexualmente (Filipa, Coimbra, 2020).

A Lúcia e a Madalena mostraram ter a mesma opinião, ao referirem que as mulheres estão expostas e vulneráveis à violência, mais do que os homens:

-Acho que é [mais duro para mulheres] porque não se sentem seguras. Há muitos perigos na rua.

-Já assistiu a alguma forma de violência feita a mulheres que viviam na rua?

-Sim.

-E a homens?

-Não.

-Esses atos violentos são feitos por pessoas que também estão na rua?

-É por toda a gente (Lúcia, Coimbra, 2021).

A Madalena partilha a opinião:

É mais duro para as mulheres do que para os homens [viver na rua] (Madalena, Coimbra, 2021).

A Beatriz considera que esteve sempre mais protegida por ter tido casa e, principalmente, por ter passado por esta vivência com o namorado. Disse que assistiu a episódios de violência apenas enquanto viveu em casa dos pais. De igual forma, a Filipa também teve episódios seguidos de violência doméstica com o ex-marido.

-A mulheres que estejam na rua nunca vi a acontecer violência. Isso não. Mas em casa sim. Violência doméstica com a minha mãe (Beatriz, Coimbra, 2021).

-Sempre senti-me segura porque nunca fiquei sem ele [o namorado]. Ou seja, mesmo quando vínhamos aí buscar comida ou assim, sempre vinha com ele. Nunca vinha sozinha (Beatriz, Coimbra, 2021).

#### **4.4.6. O apoio das instituições solidárias e estratégias de superação**

As mulheres têm menos tendência a interagir com os serviços, estando em situações de invisibilidade. Por outro lado, encontram-se mais vulneráveis e esses mesmos serviços reconhecem e reagem ao adotar estratégias mais rápidas e eficazes, como se percebeu pelo relato da Beatriz. Tentou-se perceber se quais eram as formas de resiliência das outras mulheres e principalmente se elas consideram mais difícil melhorar a sua situação sendo mulher. As opiniões neste assunto variaram. A Filipa considera que os homens têm mais facilidade em melhorar as suas condições de vida.

“É mais fácil sair desta situação para os homens. Têm mais apoio. E é a tal situação: se foi o homem é porque teve azar e não teve quem o ajudasse. Se foi a mulher a estar assim é porque quis” (Filipa, Coimbra, 2021).

A Lúcia transmitiu a ideia de que existe mais compreensão e permissibilidade em relação aos homens. Sente que é expectável as mulheres conseguirem meios informais para terem apoios, mais do que os homens. Nesse sentido, acredita que as mulheres são mais julgadas por estarem nesta situação.

Havendo compreensão por parte das instituições de que as mulheres estão em maior risco, poder-se-ia assumir que estas as ajudariam mais do que aos homens a sair desta situação e a ter um apoio mais personalizado e adequado às suas necessidades.

Sendo assim, questionei-lhes se existia maior facilidade para sair das situações de rua sendo mulher. A Filipa respondeu:



“Não, não, não. Pelo contrário. São mais permissíveis aos homens e culpabilizam mais as mulheres” (Filipa, Coimbra, 2021).

A Beatriz considera ser difícil sair desta situação para ambos, mas que as mulheres estão mais dependentes do apoio institucional. No seu caso, é precisamente uma instituição local que lhe está a assegurar um lar.

“É igual. O homem sai desta situação pelo pior, eu acho. Depende do homem também. Mas, se ele não for daqueles que vai pedir ajuda, ele sai com a droga. A mulher não. A mulher ou pede ajuda ou não sai desta situação. Por isso é um bocado diferente” (Beatriz, Coimbra, 2021).

A opinião da Beatriz coincide com a sua própria experiência, visto que teve de recorrer ao amigo. Só depois e apenas com o papel das instituições conseguiu ter acesso a uma habitação.

A Madalena considera que, no seu caso, foi mais fácil de sair da rua, mas afirmou ter conseguido a casa apenas depois de ter conhecido o atual companheiro. Novamente, destacou-se o papel dos assistentes sociais e das instituições solidárias para terem melhorado a sua situação.

“Foi mais fácil. Como comecei a estar com ele [namorado] e comecei a ir à formação...” (Madalena, Coimbra, 2021).

A Lúcia, após um ano a viver na rua, sem rendimentos, ainda não conseguiu melhorar a sua situação. Considera ser uma dificuldade proporcional para homens e mulheres e que, muitas vezes, as pessoas não aceitam as ajudas. No entanto, é apoiada pelas instituições.

“Eu acho que é igual. Só que muita gente não quer [sair da rua]” (Lúcia, Coimbra, 2021).

#### **4.4.7. A importância do CASA na saúde das mulheres em situação de sem-abrigo**

As evidências sugerem ser um desafio para as mulheres em situação de sem-abrigo aceder a serviços de saúde (Wolf et al., 2016). Partindo desse pressuposto, tentou-se

compreender se a Beatriz, a Lúcia, a Filipa e a Madalena também sofreram essas complicações.

O papel do CASA neste campo é intermediar as queixas do utente e a ação médica. Apesar do fornecimento de cuidados de saúde não ser o foco do CASA, foi frequente, ver durante este ano que os seus utentes comunicam este tipo de problemas. Os assistentes sociais e psicólogos podem agir, posteriormente, para encaminhar estas pessoas aos serviços de saúde.

Este tópico foi abordado apenas com a Filipa e a Madalena, as duas entrevistadas que apresentam problemas de saúde. A Madalena teve ajudas para curar o alcoolismo quando começou a ser apoiada pelas instituições solidárias. Enquanto esteve na rua, a Filipa não só não conseguiu melhorar os seus problemas de saúde, como estes se agravaram. Não foi abordada para ter ajudas, mas também não recorreu a estas.

-Disse-me que tinha alguns problemas de saúde. O que fez durante os três meses em que esteve na rua?

-Foi não ligar. Era um receio (Filipa, Coimbra, 2021).

Nesse aspeto, admitiu não ter usufruído de qualquer apoio nas instituições que frequentou. Grande parte das complicações de saúde destas mulheres estão desconhecidos, tornando a sua recuperação mais complicada.

As entrevistas revelaram que as várias instituições de solidariedade social e as organizações não-governamentais foram um meio de acesso facilitado à manutenção de cuidados básicos. Todas as entrevistadas tiveram acesso a bens essenciais.

“Ali nas Cáritas dão. Muitas vezes vou lá pedir champôs e coisas assim”  
(Madalena, Coimbra, 2021).

A Madalena e a Lúcia referiram terem acesso a produtos de higiene e saúde menstrual noutras instituições que frequentam. A Madalena vive agora numa pensão, por isso tem esses cuidados garantidos. Similarmente, a Beatriz que conseguiu zelar pela sua saúde enquanto pôde viver em casa do amigo. A Lúcia e a Filipa trataram sempre da sua higiene pessoal nos prédios abandonados onde dormiam, porque conseguiram manter acesso a água:

“Enchia garrações com água e depois deixava escondidos de maneira que apanhassem sol, para depois quando eu chegava estar morna para me lavar. Lavar a roupa na altura conseguia ir lavá-la ali nas máquinas da Associação Académica (Filipa, Coimbra, 2021)”.

A saúde mental é um tópico importante em relação à saúde da população em situação de sem-abrigo. Muitos estudos mostram elevadas taxas de transtornos e doenças mentais entre as mulheres em situação de sem-abrigo. É também uma realidade entre os utentes do CASA, mas refere-se a uma minoria dos casos. Sendo assim, não foi um assunto abordado durante as entrevistas, não tendo analisada a saúde mental na metodologia desta investigação. Uma das senhoras que sempre manteve contacto desde o início do voluntariado, ao longo do ano começou a ser vista pelos trabalhadores do CASA como tendo problemas mentais. Há uma grande probabilidade de ser apenas preconceito. No entanto, ela deixou de frequentar a instituição e eu perdi a ligação com ela e não a entrevistei.

Alguns estudos associam as doenças mentais a uma das causas e efeitos dominantes específicos das mulheres, mas não há certezas se as doenças mentais são um fator para a situação de sem-abrigo ou as próprias condições ambientais levaram ao aparecimento destas doenças. No entanto, muito provavelmente, a saúde mental não é uma característica particular entre sexos e muito menos uma característica feminina, tratando-se de conclusões baseadas em preconceitos culturais que, por si, podem também fomentar estereótipos relacionados à própria condição das mulheres que estão em situação de sem-abrigo (Martins, 2010).

#### **4.4.8. Rotas na situação de sem-abrigo feminina**

Reunindo as informações sobre os trajetos das quatro entrevistadas, alguns dos aspetos seguintes salientaram-se.

Primeiro, pode-se referir a diversidade de experiências na situação de sem-abrigo e a sua durabilidade. A Lúcia, a Filipa e a Madalena inserem-se no conceito de pessoa em situação de sem-abrigo, definindo-se as suas condições como sem-teto. A Beatriz foi considerada como estando sem-casa, mas insere-se igualmente no conceito nacional. Os percursos das entrevistadas confirmam a ideia deste não ser um evento de vida estático. Podem ter casa, perdê-la e voltar a ter um teto num curto espaço de tempo, comprovando a

ideia de que são eventos transitórios. Podem também acontecer por meses ou estender-se a anos, como é o caso da Lúcia.

A Filipa e a Beatriz estavam em condições de fragilidade económica e perderam o teto por não conseguirem pagar as suas casas. Por outro lado, a Lúcia e a Madalena também não tinham rendimentos, mas ficaram sem-teto por motivos relacionais e individuais (Edgar e Meert 2005).

Um aspeto salientável é o enfraquecimento de laços sociais, pois estiveram sempre sozinhas (à exceção da Beatriz que viveu sempre com o companheiro) e não tiveram apoio por parte de familiares. A Beatriz, novamente, tem o único trajeto – entre estas quatro mulheres – que legitima parcialmente a noção da proteção por estas redes. Não foi ajudada pela família, mas conseguiu viver em casa de um amigo. O facto de não usufruírem desses apoios também acontece porque as próprias evitam contar à família as suas condições de vida. Os familiares da Lúcia, da Filipa e da Beatriz não souberam as circunstâncias em que elas estavam e, portanto, não as ajudaram. O único caso distinto foi o da Madalena, que afirmou que a filha tinha conhecimento da sua situação. De acordo com a literatura (Edgar e Meert, 2005), regra geral, as mulheres são ajudadas pelas redes informais e familiares. Contudo, estas quatro narrativas contradizem esse aspeto.

Todos os percursos demonstraram a veracidade da teoria da literatura em relação à invisibilidade na situação de sem-abrigo (Lopes, 2017). A coordenadora do Centro afirma que a Filipa nunca passou uma noite na rua e teve sempre casa. A Filipa afirma que poucas pessoas souberam da sua realidade durante os últimos três meses. Percebeu-se, com a experiência de voluntariado, que muitos dos e das utentes do CASA tendem a esconder aos trabalhadores das instituições muitos aspetos da sua vida, incluindo a hipótese de viverem ou não na rua e o local onde estão abrigados. Sendo assim, conseguir perceber se alguém esteve realmente a pernoitar na rua é quase sempre uma incógnita. De igual forma, a Beatriz afirma ter passado apenas uns dias sem-teto, mas os técnicos afirmam que ela esteve na rua sensivelmente oito meses. A invisibilidade é, desta forma, e em certos casos, quase propositada. Vale relembrar os testemunhos da Lúcia quando referiu que muitas pessoas não se querem sentir presas e, em função disso, encobrem a situação que estão a experienciar. A mesma entrevistada teve essa atitude ao não querer partilhar com a família a sua jornada. Inconscientemente, confirmou a ideia que pode ser intencional esconder a sua realidade

perante, neste caso, os familiares. A Filipa escondeu também a sua situação da família e da maior parte das pessoas que se relacionava. A vergonha e o estigma foram os motivos principais apontados pelas próprias para o facto de muitas mulheres esconderem a sua situação, mostrando que existe uma estigmatização ligada ao género.

Em relação à contribuição do apoio institucional e social, as entrevistadas consideram o CASA e as outras entidades que frequentam um pilar para terem asseguram bens essenciais, a nível de alimentos, roupas, acompanhamento e reinserção social. Ainda assim, percebeu-se que a instituição tem poucos serviços específicos para as mulheres, tendo estes um fundo conservador e não sendo direccionados à reintegração social e emancipação pessoal.

Dentro das trajetórias das mulheres, destacou-se um percurso bastante evidenciado pela literatura no caso da Madalena, a prostituição (Lopes, 2017). Destacaram a severidade da sua situação e comprovaram a existência de episódios violentos feitos a outras mulheres nas ruas.

Em relação às estratégias de superação, tentou-se perceber se as mulheres consideravam ser mais fácil ter apoios por parte das instituições sendo mulher e visto que as instituições reconhecem a sua vulnerabilidade. A Filipa considera que os homens têm mais apoios e que são menos julgados e a Beatriz também afirma que as mulheres precisam mais do apoio institucional para superarem esta fase de vida. A Madalena revela ter sido mais fácil conseguir uma casa e libertar-se desta situação, mas vale lembrar que esta passou a ir viver com o seu atual companheiro. Neste caso, tanto a Beatriz como a Madalena beneficiaram de mais apoios por se encontrarem com a família. A Lúcia defende que sair da rua depende principalmente na vontade em ser ajudado e de frequentar os serviços de apoio ao sem-abrigo.

O CASA também tem um papel no acompanhamento face às debilidades físicas e condições de saúde. No caso, a Filipa tem problemas de saúde, que referiu ter tentado menosprezar enquanto esteve na rua, mas a Madalena conseguiu ter apoio para curar o alcoolismo.

## 5. CONCLUSÃO

O objetivo desta dissertação era compreender como duas situações de fragilidade se uniam numa só, compondo a situação de sem-abrigo feminina. Em primeiro lugar, em relação à primeira fragilidade (a situação de sem-abrigo), compreendeu-se que é um grupo com fraquezas únicas, com altos níveis de pobreza, fortemente estigmatizada, distinguida entre vítima e culpada, entre sujeitos normais e anormais. Insere os culpados em casos de desvios pessoais, com problemas aditivos e psicológicos. Sobre estes últimos, existe ainda uma dimensão disciplinar e regularizadora, como foi o caso da Madalena, que apenas teve uma com mais facilidade depois de se curar. A segunda, refere-se ao género, adicionando-se à pobreza o fator da discriminação de género. Como foi explorado neste trabalho, as discriminações de género nas mulheres replicam-se na tendência à ocupação de trabalhos que não lhes garantem um poder económico suficiente. A Filipa e a Beatriz fazem parte do grupo maioritário de mulheres que perde as suas casas por estarem em situações de pobreza.

Através do trabalho de campo e o registo de histórias de vida, tornou-se possível compreender como a pobreza, a discriminação, e o contacto com as instituições de cariz solidário se manifestaram na vida das quatro mulheres entrevistadas. Percebeu-se que a pobreza é um percurso dominante, que o estigma e a discriminação fazem parte das suas vidas e dos programas da atuação institucional. Uma das problemáticas poderá estar relacionada à abordagem destes serviços, sendo que, como se verificou, a adesão é baixa por medo das represálias. O Estado passou a ter mais consideração por esta população depois de implementar a ENIPSSA. Ainda assim, a situação de sem-abrigo é um tema e um fenómeno apropriado pelas ONG's e IPSS's desenvolvendo-se face à retração do Estado, como é exemplo o CASA.

Neste trabalho, transmitiram-se alguns dos percursos da situação de sem-abrigo aliados ao género, nomeadamente, a prostituição. Abordou-se os tópicos da violência nas ruas, questionou-se quais são as formas de superação e resiliência das mulheres, o que também era o propósito deste estudo. Inseriu-se, ainda, o tópico das questões médicas e o papel das entidades solidárias no acompanhamento da saúde dos seus utentes.

Esta é uma área de investigação vasta e a primeira experiência de campo foi desafiante. A pandemia de COVID - 19 trouxe algumas dificuldades, deixando mais problemática não só a ida para o local de investigação, mas também a capacidade de conquistar a confiança e interação com este grupo. Ainda assim, foi possível dar voz a estas quatro mulheres e mostrar a importância de expandir os estudos que se foquem nas suas especificidades, quer sejam elas biológicas, psicológicas, sociais ou culturais.

Futuramente, poderão ser levantadas questões direcionadas à adoção e execução de medidas institucionais mais específicas para as mulheres em situação de sem-abrigo. As respostas sociais sociais não se podem resumir à concessão de habitações. É necessário, também, desenvolver formas de abordagem que captem a confiança destas mulheres, ao transmitir-lhes a ideia de que, nas instituições, poderão encontrar um ambiente seguro e adequado às divergências. O apoio tem de se estender a outras áreas de atuação, indo ao encontro dos princípios da humanidade e universalidade pelos quais se regem. E, para isso, acredita-se que dar voz a este grupo pode aumentar a sua representação e diminuir as posições estigmatizantes das mulheres que experienciam esta situação. O reconhecimento destas configurações pode contribuir para a construção de práticas que analisem as experiências resultantes das suas próprias lutas contra as condições de vulnerabilização, considerando a diversidade existente.

---

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aldeia, J. 2014. De “cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo. *Interseções Revista de Estudos Interdisciplinares* [Online]: 16: 229–244. DOI: <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.12957/irei.2014.16588>.
- Aldeia, J. 2017. *Governar a vida na rua: Ensaio sobre a bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Amâncio, L. 2003. O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social* [Online], XXXVIII (168), 687–714. [Consultado em 10/10/2021]. Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/?page\\_id=16](http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=16).
- AWID. 2004. *Intersectionality: a tool for gender and economic justice*. [Online]. Association for Women’s Rights in Development. [Acedido em 10/10/2021]. Disponível em: <https://www.awid.org/publications/intersectionality-tool-gender-and-economic-justice>.
- Baptista, I. 2010. Women and Homelessness. In: O’Sullivan, E., Busch-Geertsema, V., Quilgars, D., Pleace, N. (eds.), *Homelessness Research in Europe*. [Online.] Brussels, 163–187. Disponível em: <https://www.york.ac.uk/media/chp/documents/2010/Homeless%20Research%20in%20Europe.pdf>.
- Barnett, M.; Weiss, T. G. 2008. Humanitarianism: A brief history of the present. In: Barnett, M. e Weiss, T (eds.) *Humanitarianism in Question: Politics, Power, Ethics*. New York, Cornell Univeristy Press: 1.48.
- Bastos, S. P. 1997. *O Estado Novo e os seus vadios* [Online.]. Lisboa, Etnográfica Press.[Consultado em 10/10/2021]. DOI: 10.4000/books.etnograficapress.2192.
- Bretherton, J.; Benjaminsen, L.; Pleace, N. 2016. Women’s Homelessness and Welfare States. In: Mayock, P.; Bretherton, J. (eds.), *Women’s Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature: 75–103.
- Bourgois, P. e Schonberg, J. 2009. *Righteous Dopefiend*. California Series in Public Anthropology.



- 
- Bruto da Costa, A.; Baptista, I. 2001. Women and Homelessness in Portugal. *In: Edgar, B.; Doherty, J. (eds.), Women and Homelessness in Europe*. UK, The Policy Press: 53-64.
- Bruto da Costa, A. 2015. Prefácio. *In: Diogo, F.; Castro, A.; Perista, P. (eds.). Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus: 7-16.
- Bureau Internacional do Trabalho. 2003. *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa nacional de luta contra a pobreza*. Organização Internacional do Trabalho. Genebra.
- Burgess, G. R. 1997. *A pesquisa de terreno: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- CASA. 2021. Centro de Apoio ao Sem-Abrigo. [Online]. [Acedido em: 10/10/2021]. Disponível em: <https://casa-apoioaosemabrigo.org/index.php/delegacoes/casa-coimbra>.
- Conrad, P. 1992. Medicalization and Social Control. *Annual Review of Sociology (18)*: 209–232. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev.so.18.080192.001233>.
- Doherty, J. 2001. Gendering Homelessness. *In: Edgar, B.; Doherty, J. (eds.), Women and Homelessness in Europe*. UK, The Policy Press: 9-20.
- Edgar, B.; Doherty, J. 2001. Introduction. *In: Edgar, B.; Doherty, J. (eds.), Women and Homelessness in Europe*. UK, The Policy Press: 3-8.
- Edgar, B. 2001. Women, the housing market and homelessness. *In: Edgar, B.; Doherty, J. (eds.). Women and Homelessness in Europe*. UK, The Policy Press: 21–46.
- Edgar, B.; Meert, H. 2005. The ETHOS Definition of Homelessness. *Fourth Review of Statistics on Homelessness in Europe*. FEANTSA.
- EIGE. 2016. *Review of the implementation of Area A: Women and Poverty of the Beijing Platform for Action*. [Online]. European Institute for Gender Equality. [Acedido em: 10/10/2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.2839/065115>.
- ENIPSSA. 2021. *Documentação*. [Online]. Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. [Acedido em: 10/10/2021]. Disponível em: <http://www.enipssa.pt/documentacao>.
- Farmer, P. 1999. *Infections and Inequalities*. California, Univeristy of California Press.
- FEANTSA. 2021. *What is FEANTSA*. [Online.] Brussels. FEANTSA. [Acedido em 10/10/2021]. Disponível em: <https://www.feantsa.org/en>.
- Fernandes, L. 2014. A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural

- 
- e violência quotidiana. *Quaderns-E*, 19(1): 175-186.
- Fife, W. 2005. *Doing Fieldwork: Ethnographic Methods for Research in Developing Countries and Beyond*. England, Palgrave Macmillan.
- Frerer, K.; Vu, M. C. 2007. Journal of Human Behavior in the Social Environment An Anthropological View of Poverty. *Journal of Human Behaviour in the Social Environment*, (16):1–2, 73-86. DOI: <https://doi.org/10.1300/J137v16n01>
- Glasser, I; Bridgman, R. 1999. *Braving the Street. The Anthropology of Homelessness*. Berghahn Books.
- Goffman, E. 1963. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Livros Téc. e Cient. Editora.
- Housing First. 2021. *An Introduction to Housing First*. [Online.] Housing First. [Acedido em: 10/10/2021]. Disponível em: <https://housingfirsteurope.eu/guide/>.
- Löfstrand, H.C., Quilgars, D. 2016. Cultural Images and Definitions of Homeless Women: Implications for Policy and Practice at the European Level. In: Mayock, P; Bretherton, J. (eds.) *Women's Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature: 41-74.
- Lopes, J. R. 2017. *A invisibilidade da mulher em situação de sem-abrigo. A neutralidade das políticas e respostas sociais sobre a integração da perspectiva transversal de género em Portugal*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.
- Maciel, D. 2010. *Género na sociologia portuguesa*. Lisboa, CIES, ISCTE.
- Mayock, P., Bretherton, J., Baptista, I. 2016. Women's Homelessness and Domestic Violence (In)Visible Interactions. In: Mayock, P; Bretherton, J. (eds.) *Women's Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature: 127-155.
- Mayock, P.; Bretherton, J. 2016. Conclusion. In: Mayock, P.; Bretherton, J. (eds.), *Women's Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature: 265–287.
- Menezes, F. L. 2008. *Dinâmicas De Risco a Modernidade E Desigualdades Sociais : O Caso Dos Sem-Abrigo Em Paris, Lisboa E Londres*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Departamento de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE.
- Nobre, S. 2021. *Women's Homelessness and Housing Exclusion in the Northern Lisbon Metropolitan Area: An In-depth Exploratory Study*. Tese de Doutoramento em Ecologia Humana, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de

- 
- Lisboa.
- O'Sullivan, E. 2016. Women's Homelessness: A Historical Perspective. In: Mayock, P., Bretherton, J. (eds.). *Women's Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature: 15-41.
- Orloff, A. 1996. Gender in the Welfare State. [Online.] *Annu. Rev. Sociol* (22): 51-78. [Acedido em: 10/10/2021]. Disponível em: [www.annualreviews.org](http://www.annualreviews.org).
- Pais, J. M. 1985. *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX aos Inícios do século XX*. Lisboa, Querco.
- Pereirinha, J., Nunes, F., Bastos, A., Casaca, S., Fernandes, R., & Machado, C. *Género e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Pimenta, M. 1992. *Os sem-abrigo da cidade de Lisboa*. Cáritas Portuguesa, 14.
- Poirier, J., Clapier-Valladon, S., Raybaut, P. 1999. *Histórias de Vida: Teoria e Prática*. Celta Editora.
- Singer, M., & Clair, S. 2003. Syndemics and Public Health: Reconceptualizing Disease in Bio-Social Context. [Online.] *Medical Anthropology Quarterly*, 17(4), 423-441. [Acedido em 10/10/2021]. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3655345>.
- Vale de Almeida, M. 1995. *Senhores de Si: Uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa, Etnográfica Press.
- Wacquant, L. 2009. *Punishing the poor. The neoliberal government of social insecurity*. Duke University Press.
- Wolf, J., Anderson, I., Dries, V., Hrast, F. M. 2016. The Health of Homeless Women. In Mayock, P.; Bretherton, J. (eds.). *Women's Homelessness in Europe*. United Kingdom, Springer Nature 155-178.
- Young, S. 2010. Gender Perspectives on Homelessness. [Online.] *Homelessness in Europe - The Magazine of FEANTSA*. [Acedido em 10/10/2021]. Disponível em: <https://www.feantsa.org/en>.



## APÊNDICE A

### Guião de entrevista à “comunidade” de mulheres em situação de sem-abrigo

- Introdução e legitimação da entrevista;
- Agradecimento pela entrevista;
- Esclarecimento dos objetivos da entrevista e do tema do trabalho;
- Funcionamento da entrevista.

#### Questões biográficas

1. Que idade tem?
2. É de Coimbra? Nasceu cá?
3. É casada, solteira?
4. Estudou? Até que ano?
5. Tem filhos? Estão consigo?

#### Questões com fio condutor para o estudo

1. Tem casa de momento?
2. Já alguma vez esteve na rua?
3. Onde está a viver? Com quem?
4. Quanto tempo esteve nessa situação?
5. que aconteceu para ter precisado de ajuda?
6. Tinha emprego antes? Estas complicações estiveram relacionadas ao emprego que tinha?
7. Quando é que a sua situação piorou?
8. Quem a ajuda/ ajudou? Alguma instituição?
9. Está a conseguir melhorar a sua situação?
10. As ajudas foram suficientes?
11. Esteve alguma vez sozinha?
12. Teve ajuda de amigos ou familiares?
13. Quando foi a primeira vez ao CASA?
14. CASA é o único sítio que a ajuda?
15. Foi uma ajuda e gosta dos serviços?
16. Como a tratam lá?
17. O que se pode melhorar lá?
18. Conheces muitos casos de mulheres a viver na rua?
19. Sofreu alguma vez de violência?
20. Conhece casos de prostituição?
21. Como está a sua situação agora?
22. Tinha problemas de saúde durante nesta fase?
23. Acha que é mais duro para mulheres viver na rua?
24. É mais fácil ter ajudas e sair da rua?
25. Como é que acha que os outros a veem?

